

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JHONATHAN BOLDORI LEONARDI

**A QUE NAÇÃO PERTENCEM ESTAS TERRAS:
O CORONELISMO E AS POLÍTICAS FUNDIÁRIAS NOS CAMPOS DE PALMAS
PRESENTES NO ESTOPIM DA GUERRA DO CONTESTADO (1889-1912)**

CHAPECÓ

2023

JHONATHAN BOLDORI LEONARDI

**A QUE NAÇÃO PERTENCEM ESTAS TERRAS:
O CORONELISMO E AS POLÍTICAS FUNDIÁRIAS NOS CAMPOS DE PALMAS
PRESENTES NO ESTOPIM DA GUERRA DO CONTESTADO (1889-1912)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Delmir José Valentini

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Leonardi, Jhonathan Boldori

A que nação pertencem essas terras: O coronelismo e as políticas fundiárias nos campos de Palmas presentes no estopim da Guerra do Contestado (1889-1912) / Jhonathan Boldori Leonardi. -- 2023.

81 f.

Orientador: Doutor Delmir José Valentini

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2023.

1. Palmas. 2. Elite política. 3. coronelismo. 4. violência. 5. conflitos sociais. I. Valentini, Delmir José, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JHONATHAN BOLDORI LEONARDI

**A QUE NAÇÃO PERTENCEM ESTAS TERRAS:
O CORONELISMO E AS POLÍTICAS FUNDIÁRIAS NOS CAMPOS DE PALMAS
PRESENTES NO ESTOPIM DA GUERRA DO CONTESTADO (1889-1912)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 20 / 02 / 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Delmir José Valentini (UFFS)
Orientador

Profa. Dra. Cristina Dallanora (UFFS)
Avaliadora Externa

Prof. Dra. Isabel Gritti (UFFS)
Avaliadora

Prof. Dr. Antônio Marcos Myskiw (UFFS)
Avaliador (Suplente)

Dedico este à memória de Jeferson de Souza.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Desta forma, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGH-UFFS) pelas portas abertas no decorrer de minha jornada acadêmica, em especial, a possibilidade de ser bolsista CAPES, o que permitiu me dedicar exclusivamente a pesquisa. Agradeço aos professores Dra. Mônica Hass, ao professor Dr. Antonio Myskiw que me acompanhou em boa parte desta trajetória, em especial, ao meu orientador Delmir José Valentini. Também agradeço às Professoras Cristina e Isabel, pelo carinho e disposição em estar conosco e nos ajudar nesta importante caminhada acadêmica.

Agradeço também a todos os familiares que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui, em especial, minha mãe, Gracieli Boldori. Também agradeço a minha esposa Thais Stella por todo apoio e auxílio no decorrer desta pesquisa. Por fim, agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram até aqui.

Contra a hostilidade do povo, o príncipe não se pode assegurar nunca, porque são muitos; com relação aos grandes, é possível porque são poucos. (MAQUIAVEL, 2014, p.32)

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre a elite política dos Campos de Palmas, suas estratégias de ascensão ao poder, lutas para manutenção e meios de reprodução de seus grupos sociais, composto de sujeitos descendentes de europeus que se inseriram em espaços tradicionalmente ocupados por populações indígenas e, através de diferentes meios, nunca dispensando a violência e a dominação pela força das armas, organizaram e estruturaram, em favor de si, um sistema agrário articulado a partir da concentração e domínio de grandes extensões de terras, retiradas a força dos seus antigos ocupantes, os povos tradicionais que historicamente tiveram os Campos referidos e destes tiravam sua subsistência. Nos processos de organização desta sociedade, centrada na grande propriedade, além dos grupos indígenas, outro grupo de habitantes tradicionais foi vítima da articulação e reprodução destas elites políticas, destacando os brasileiros mestiços ou caboclos, também habitantes mais antigos, foram expulsos dos territórios que ocupavam como posseiros, exatamente no contexto em que se acendeu o estopim do que foi o maior conflito bélico brasileiro do período, num processo de expropriação violenta que deixou os campos vermelhos de sangue. Entender o contexto que antecedeu o conflito bélico na Região do Contestado e o envolvimento dos coronéis da elite política agrária foi um dos objetivos principais deste estudo que foi articulado com uma fundamentação teórica partindo da História Social das Elites, não dispensando o campo de estudos da genealogia de famílias tradicionais e a inserção no sistema político específico, com o auxílio imprescindível das fontes bibliográficas e utilização de resultados de outras pesquisas deste campo e, também, através de fontes primárias como jornais, livros de memórias, compilação de dados buscados em arquivos, processos e documentos sobre o contexto estudado.

Palavras-chave: Palmas, elite política, coronelismo, violência, conflitos sociais.

RESUMEN

Este trabajo de fin de máster presenta un estudio de la élite política de los Campos de Palmas, sus estrategias de ascenso al poder, luchas por el mantenimiento y medios de reproducción de sus grupos sociales, compuestos por sujetos descendientes de europeos que se insertaron en espacios tradicionalmente ocupados por poblaciones indígenas y, a través de diferentes medios, nunca dispensando la violencia y la dominación por la fuerza de las armas, organizaron y estructuraron a su favor un sistema agrario basado en la concentración y dominación de grandes extensiones de tierra, sustraídas por la fuerza a sus antiguos ocupantes, los pueblos tradicionales que históricamente habitaban los Campos referidos y de los cuales extraían su subsistencia. En los procesos de organización de esta sociedad, centrada en la gran propiedad, además de los grupos indígenas, otro grupo de habitantes tradicionales fue víctima de la articulación y reproducción de estas élites políticas, a saber, los brasileños mestizos o caboclos, también antiguos habitantes, que fueron expulsados de los territorios que ocupaban como ocupantes sin título, precisamente en el contexto en que se encendió la mecha de lo que fue el mayor conflicto bélico brasileño del período, en un proceso de expropiación violenta que dejó los campos rojos de sangre. Entender el contexto que precedió al conflicto bélico en la Región del Contestado y la implicación de los coroneles de la élite política agraria fue uno de los principales objetivos de este estudio que se articuló con una fundamentación teórica a partir de la Historia Social de las Élites, no prescindiendo del campo de estudios de la genealogía de las familias tradicionales y de la inserción en el sistema político específico, con el auxilio imprescindible de fuentes bibliográficas y la utilización de resultados de otras investigaciones en este campo y, también, a través de fuentes primarias como periódicos, libros de memoria, recopilación de datos de archivos, procesos y documentos sobre el contexto estudiado.

Palabras clave: Palmas, élite política, coronelismo, violencia, conflictos sociales

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Árvore genealógica de Coronel Domingos Soares e José Maciel de Souza.....	36
Figura 2 - Mapeamento parcial das fazendas nos campos de Palmas parte I – 1916.....	58
Figura 3 - Mapeamento parcial das fazendas nos campos de Palmas parte II – 1916.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRF Partido Republicano Federal

PRPr Partido Republicano Paranaense

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Membros das sociedades para conquista de Palmas.....	22
Quadro 02 - Informação de vereadores em 1879-1880 para os cargos de Camaristas/Vereadores de Palmas.....	31
Quadro 03 - Políticos locais.....	33
Quadro 04 - Partidos políticos oficializados entre 1893 e 1927.....	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CAMPOS DE PALMAS NA FRONTEIRA DO IMPÉRIO: CONFLITOS DE TERRA E EXPLORAÇÃO	18
2.1	A QUE NAÇÃO PERTENCEM ESSAS TERRAS?	20
2.2	CAMPOS TINGIDOS DE VERMELHO.....	22
2.3	ESTRUTURA E RELAÇÕES SOCIAIS NAS FAZENDAS	25
2.4	QUEM TEM POSSES TÊM CARGOS	28
2.5	UNINDO CASAIS E FORMANDO ALIANÇAS	35
3	O ADVENTO DA REPÚBLICA E AS MUDANÇAS DO JOGO POLÍTICO	38
3.1	AS DISPUTAS ENTRE FACÇÕES REPUBLICANAS NO PARANÁ E SEUS DESDOBRAMENTOS EM PALMAS.....	41
3.2	A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E A DISPUTA POR UM MODELO DE ESTADO.....	48
3.3	OS FEDERALISTAS EM PALMAS E DISPUTA POLÍTICA LOCAL.....	52
3.4	CORONELISMO E APROPRIAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS A PARTIR DE 1889 ..	56
3.5	CONTESTAÇÕES COM A ARGENTINA OU QUESTÃO DE PALMAS/ <i>MISIONES</i>	60
4	CONTESTAÇÕES INTERNAS: PARANÁ X SANTA CATARINA NO LIMIARDA GUERRA DO CONTESTADO	63
4.1	AS DISPUTAS PELO CONTESTADO E SEUS DESDOBRAMENTOS A PARTIR DE PALMAS	64
4.2	A IMINÊNCIA DE MAIS CAMPOS TINGIDOS DE VERMELHO	66
4.3	O COMBATE DO IRANI NAS FRONTEIRAS COM O RIO DE PEIXE	68
4.4	O INÍCIO DA GUERRA DO CONTESTADO	69
4.5	A RESISTÊNCIA AO ACORDO	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema tem a influência em minha própria trajetória de vida. Quando passei a residir na cidade de Palmas-PR em 2012, senti uma sensação de estagnação do município devido às condições da infraestrutura e da pobreza aparente da cidade. Parecia que a cidade mais antiga do sudoeste paranaense não fazia jus a sua importância histórica. Conforme fui me inserindo na convivência local, chamava minha atenção alguns nomes diferentes em placas da cidade, principalmente quando acompanhados de patentes militares.

Resolvi pesquisar sobre esses sujeitos na internet e acabei descobrindo que muitos eram os “desbravadores” que chegaram nos campos palmenses e estabeleceram ali um povoado. Isso me instigou a procurar mais detalhes da história da cidade, descobri que ali tiveram escravos, confrontos com indígenas, assim como outras disputas, principalmente por terras.

O que eu me questionava, como aluno que sempre havia vivido em cidade do sudoeste paranaense, era o porquê quando estudávamos escravidão, contato entre europeus e indígenas, não nos ensinavam que essa história que parece distante, tinha um exemplo na nossa região.

Também não passava despercebida a ideia de tantas disputas e contestações pelas terras da região de Palmas, fazer jus a denominação tantas vezes utilizada por se tratar de uma Região contestada em seus limites, tanto nacional como internacionalmente.

Tanto no recorte espacial como temporal, a palavra estopim passa pelo entendimento de que por mais de uma vez o rastilho de pólvora esteve aceso e rumando para um barril que explodiria violentamente, por vezes em disputas locais, pendengas e desejo de sangue, muito ódio e a violência entre coronéis nas disputas fundiárias, entre famílias ou entre políticos adversários. Em um dos momentos de disputas internacionais um árbitro estrangeiro decidiu favoravelmente ao Brasil, porém, no período entre 1912 e 1916 o estopim levou a centelha até o barril de pólvora e o movimento bélico resultou num banho de sangue com a Guerra do Contestado.

O desafio maior passou a ser o entendimento do processo de formação e os meios de manutenção e reprodução do status social privilegiado da elite política do território de Palmas- PR, bem como, entender no período que antecedeu a Guerra do Contestado. O recorte temporal utilizado foi entre a proclamação da República (1889), até o início da Guerra do Contestado (1912).

Esta pesquisa dará continuidade ao trabalho de conclusão de curso defendido em 2018 pela Universidade Federal da Fronteira Sul, intitulado “A Formação e Reprodução da Elite Local em Palmas: Um estudo de caso a partir do Capitão Francisco Antônio de Araújo (1839- 1876)” com o intuito de aprofundar a compreensão de algumas questões, como: quais eram os sujeitos que compunham a elite política local? Qual parte da estrutura social esses sujeitos pertenciam? Quantos deles são oriundos dos clãs familiares que se apossaram das terras dos Campos de Palmas? Quem eram e qual a relação, possuíam com essas famílias, os políticos locais que não pertenciam a elas?

Realizada a pesquisa, essa dissertação tem como foco verificar a existência de grupos políticos rivais, os interesses e os motivos das divergências, bem como, avançar um pouco no período a ser estudado agora.

Outras perguntas foram surgindo e a percepção de campos tingidos de vermelho apontavam para buscas que demandam estudos de biografias coletivas ou prosopografia. Este método consiste na seleção de um grupo de sujeitos cuja característica que os une é um cargo específico, uma atividade econômica, política ou intelectual. Aqui selecionamos aqueles que ocuparam cargos políticos na cidade de Palmas e oriundos desta cidade que estiveram presentes na assembleia do estado.

Um recorte temporal para definir a escolha dos atores principais da pesquisa foi necessário e se fez um cruzamento de distintos tipos de fontes históricas e a relação das mesmas com as análises já produzidas sobre este espaço no período selecionado. Na busca de entendimentos sobre as relações e dinâmicas sociopolíticas destes grupos, buscamos fontes que incluem as atas das eleições municipais de Palmas, notícias de jornais paranaenses e desta cidade, seis volumes da obra Genealogia Paranaense de Fernando Negrão. Para conhecer sobre os deputados estaduais eleitos por Palmas, utilizou-se das mesmas fontes, assim como correspondências dos presidentes da/o província/estado e discussões das sessões na câmara estadual/provincial disponíveis em jornais da época.

Ainda sobre a abordagem dentro do recorte temporal, tornou-se importante destacar neste estudo os aspectos relacionados a elite política de Palmas-PR enquanto grupo, durante o período de 1889-1912, analisando principalmente as características e dinâmicas da política local e os impactos da mudança do regime político no Brasil e no interior do estado do Paraná com o advento da República em 1889. Importante destacar que dentro deste período, entre o final do século XIX e início do século XX, se somaram dois eventos que resultaram em banhos de sangue nos campos de Palmas, Revolução Federalista e a Guerra do Contestado.

Ambos foram movimentos coletivos maiores, permeados pela violência costumeira¹ que manteve os Campos de Palmas tingidos de vermelho praticamente em todo o período selecionado em que a presença e participação dos coronéis locais se fez presente.

Na busca de fundamentação teórica, a revisão bibliográfica mostrou pertinência nos trabalhos de Flávio Madureira Heinz, Christophe Charle, Luís Augusto Ebling Farinatti, Jonas Vargas, entre outros. Estes autores se debruçaram sobre o estudo das elites e trouxeram importantes contribuições para este estudo. Ainda, encontramos contribuições pontuais, nas seguintes obras e autores: “Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1849” de Lourdes Stefanello Lago; “Cativo e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888” de Ana Paula Pruner

¹ Informações apresentadas em Monteiro (1974).

de Siqueira; “A província do Paraná (1853-1889) A classe política e a parentela no governo” de Alessandro Cavassin Alves; “Origem e Composição das Fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense Palmas 1859-1903” de Adilson Miranda Mendes; “Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888)” de Daniele Weigert; “Classe dominante e jogo político na assembleia legislativa paranaense (1889-1930)” de Mônica Helena Harrich Silva Goulart; “Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889)” de Francismar Ilha da Silva Petrolí.

Fundamental destacar a obra *Genealogia Paranaense* produzida pelo historiador Francisco Negrão (2004) com importantes informações para o estabelecimento de conexões políticas por meio do parentesco entre os políticos de Palmas e do estado do Paraná, além disso, este livro nos traz informações sobre cargos ocupados pelos sujeitos descritos.

Para os acontecimentos cotidianos e as relações mais próximas entre os sujeitos e fatos estudados, os jornais se tornaram importantes ferramentas e as buscas aconteceram junto ao acervo dos jornais disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital. Em cada jornal analisado iam surgindo importantes elos dos aspectos políticos e dos interesses em jogo, sendo importante entender quem produzia cada periódico e qual a filiação partidária do meio de comunicação. Desta fonte vieram também informações variadas sobre as relações políticas, sociais e visões discordantes em debates sobre o governo do estado/província e a cidade a respeito de Palmas.

Outra fonte importante está nos relatórios dos presidentes de estado sobre eleições e informações de segurança pública, que foram de suma importância para entender de que modo se davam as disputas locais e quais as relações que cada sujeito estabelece localmente, com a província e com o próprio Estado depois da Constituição de 1891. Também cotou com as correspondências da presidência de província/estado com diversos sujeitos que faziam parte da administração pública. Auxiliaram na obtenção de um panorama sobre as relações da política e da situação do recém município/estado, sem todo o zelo que geralmente tomam os periódicos ao publicar fatos e notícias.

Para compreender melhor a metodologia de pesquisa do campo historiográfico denominado de História social das elites, assim como as definições dos conceitos de elite e de redes familiares, este estudo contou ainda com as contribuições das pesquisas desenvolvidas por Alves (2014), Farinatti (2007) e Vargas (2007).

Após de seguir este caminho, escolhido como um fio condutor desta pesquisa, destacamos os aspectos que contribuíram para a formação e a manutenção do poder político local a partir de alguns sujeitos na cidade de Palmas-PR, entre o final do século XIX e início do século XX, sobretudo pelos subsequentes conflitos que irão deixar profundas as marcas de sangue na história desta região. Deste modo, organizamos e construímos esta dissertação a partir de três capítulos, articulados no modo que segue.

No primeiro capítulo, denominado “Campos de Palmas na Fronteira Sul do Império: terras, conflitos e exploração”, buscou-se identificar as estratégias utilizadas pelos políticos de Palmas-PR, para ascenderem aos cargos de poder, ou seja, estudar os motivos que lhes permitiram se apropriar dos espaços de poder locais. Também se buscou a forma de organização social, os modos de relacionamento entre os distintos estratos sociais em Palmas e o *modus operandi* de sua elite, implicitamente aparecendo os meios utilizados de apropriação das terras indígenas e as formas violentas de aquisição e manutenção de riquezas.

No segundo capítulo, denominado “Advento da República e as mudanças do jogo político”, pretendeu-se demonstrar o longo histórico de intrigas e disputas protagonizado pela elite local, dividindo em lados opostos, criando e alimentando facções que se envolveram na chamada Revolução Federalista e cicatrizes que permaneceram nos grupos políticos locais, considerando o contexto de transição do regime monárquico para o republicanismo no Brasil. Além disso, compreender o este espaço em um momento de disputa internacional com a Argentina sobre a denominada Questão de Palmas/*Misiones*.

Por fim, o terceiro e último capítulo tratou do conflito interno que envolveu os dois Estados, Paraná e Santa Catarina, cuja comarca de Palmas foi envolvida diretamente no banho de sangue, iniciado após o Combate do Irani no ano de 1912. Neste capítulo, além das questões de limites interestaduais, as políticas de estruturação e construção do coronelismo local, durante o final do Império e as primeiras décadas da Primeira República, serão analisados os fatores imprescindíveis no entendimento dos acontecimentos que levaram a eclosão do maior conflito social brasileiro, a Guerra do Contestado (1912-1916), enfim, o estopim de tantos atritos, centelhas e rastilho preparado chegou ao barril de pólvora. Os Campos de Palmas continuariam vermelhos.

2 CAMPOS DE PALMAS NA FRONTEIRA DO IMPÉRIO: CONFLITOS DE TERRA E EXPLORAÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo analisar o processo de ocupação de terras nos campos de Palmas, e compreender como o poder econômico advindo deste processo fez com que determinados sujeitos destas famílias pioneiras ascendessem aos cargos políticos locais e estaduais com o decorrer do tempo.

Para a análise desse processo, utilizamos um conjunto de pesquisas sobre os Campos de Palmas, no intuito de pensar a política em suas diversas esferas sociais. A dissertação de mestrado de Adilson Miranda Mendes intitulada “A origem e composição das fortunas em Palmas-PR” realiza um trabalho analisando os bens deixados nos inventários e testamentos de moradores de Palmas. Outra pesquisa importante foi a dissertação de Lourdes Lago, intitulada “Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899”, a qual analisou a demografia de Palmas ao longo de boa parte do século XIX. A obra “Genealogia Paranaense”, de Francisco Negrão, nos permite mapear as relações familiares dos sujeitos que compunham a elite política de Palmas.

Além do embasamento historiográfico, utilizamos para a construção deste capítulo, a análise de edições do *Jornal Dezenove de Dezembro*², de Curitiba, um importante meio para acessarmos as informações sobre eventos políticos e sociais locais que nos ajudam a compreender disputas e mentalidades da elite política de Palmas. Outra fonte importante foram as edições do “*Almanak paranaense*” em que é possível obter e analisar informações importantes da composição dos cargos públicos de Palmas e outras informações do município. A partir das fontes e trabalhos acadêmicos selecionados para construção deste capítulo, foi possível entender o processo de constituição de uma elite política local, formada basicamente por sujeitos que se dedicavam à criação de gado, cavalos e muare, os quais eram vendidos como alimento e para transporte de mercadorias no centro do país. Com o estabelecimento de fazendas nos campos de Palmas, se dá continuidade a um processo de formação de grupos políticos e redes de relações entre as famílias que faziam parte desta elite agrária local e provincial, que a partir de relações clientelistas e nepotistas administravam os recursos financeiros e de repressão estatal, dos quais delegava legalmente a constituição aos ocupantes dos cargos políticos, judiciário, militar e policial.

Os campos de Palmas foram apossados por fazendeiros advindos de duas cidades, Palmeira e Guarapuava. Ambas saíram de localidades distintas e por caminhos diferentes, munidas da gana de encontrar os campos naturais da região e se dedicar neste solo à criação de animais dos tipos vacum, cavalares e muare. Além disso, outra atividade econômica derivada do comércio de tropas

² Todos os jornais utilizados neste trabalho podem ser encontrados no site da Hemeroteca Digital Brasileira no seguinte sítio eletrônico: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

era a utilização dos campos naturais para a invernagem de tropas vindas do Rio Grande do Sul (MENDES, 1989).

Estas tropas de animais eram levadas por tropeiros para serem vendidas nas feiras de Sorocaba. Ao chegarem em São Paulo, as tropas de animais serviam para atender à crescente demanda por alimentos e transporte. Além disso, o comércio de tropas funcionou como uma rede de integração econômica da região sul do Brasil, com seu centro econômico voltado para produção de commodities para atender o mercado externo. Entre essas atividades, destaca-se principalmente a produção cafeeira (ANTONIO FILHO, 2009).

O século XIX foi tanto o período do auge do comércio de tropas quanto de seu declínio. Entre os motivos para a crise do tropeirismo nos campos paranaenses estavam:

A crise do sistema foi provocada pela melhoria dos rebanhos da Província de São Paulo e a construção e prolongamento de estradas de ferro que substituiu o transporte anteriormente feito em tropas de mulas. Outros fatores locais também podem ser apontados para o aumento da crise neste setor, como o não reinvestimento de capitais na atividade pecuária, a baixa qualidade dos rebanhos e as pastagens naturais empobrecidas, bem como o isolamento da região pela falta de boas estradas para o deslocamento do gado. (SILVA, 1995, p. 48-49).

Voltando ao processo de expansão desta atividade, quando os grupos de fazendeiros saíram das cidades de Guarapuava e Palmeira em 1839, e se estabeleceram nos Campos de Palmas, a economia de tropas estava em expansão no país e o objetivo era encontrar novos campos para criação de animais (Gomes, 2009). Neste intuito, em 1836 foi fundada na cidade de Palmeira, uma sociedade para exploração e povoamento dos Campos de Palmas, liderada pelo Padre Ponciano José de Araújo e por José Ferreira dos Santos, que seguiram para Guarapuava (SILVA, 1976). Ao chegarem na Vila de Guarapuava, o sertanista Pedro de Siqueira Cortes, solicitou ingressar nesta sociedade, porém teve seu pedido recusado (MARTINS, 1995). Após essa humilhação, Pedro de Siqueira Cortes marchou para a cidade de Palmeira com a intenção de reunir homens e criar um outro grupo sob suas ordens para conquistar e se apossar dos Campos de Palmas. Nesta sociedade, Pedro de Siqueira Cortes era líder e responsável por subdividir as terras que encontrasse, em razão de uma condição imposta por ele para ingressar no grupo (SILVA, 1976).

Aqueles que partiram na direção dos Campos de Palmas em 1839 inseridos em uma das sociedades mencionadas, se aproveitaram da inexistência de legislação de terras ocasionada pela extinção do regime de sesmarias, principalmente pelo fato de que:

A posse já conquistará um certo reconhecimento por parte das autoridades, principalmente a partir da resolução do príncipe regente que lhe dava prevalência sobre as sesmarias. O entendimento que se teve da resolução do príncipe regente suspendendo a concessão de sesmarias foi de que ela não se aplicava àsposses (SILVA 2008).

Neste limbo legal que se encontrava a regulamentação de terras no país, o processo de

apossamento de terras ocorria em todo território nacional sem o menor pudor, por pessoas das mais distintas camadas sociais. Em razão disso, o período de 1822-1850 foi considerado “Fase áurea do posseiro” (GARCIA, 1958).

Em razão da situação em que esse processo ocorreu, é fácil deduzir que dois grupos de fazendeiros, partindo de cidades distintas, praticamente nas mesmas datas e com o mesmo objetivo entraram em conflitos entre elas para divisão das terras. Foi o que aconteceu, houve um conflito entre os dois grupos que precisou de arbitramento de terceiros para ter uma resolução. Foram indicados dois sujeitos de Curitiba para se deslocarem até o local da disputa e tentar organizar uma solução para a questão, por fim os dois grupos concordam em separar as terras tendo como divisa o rio Caldeiras e cada grupo dividiria entre seus integrantes as terras apossadas.

Aqueles que fizeram parte do processo de avanço da fronteira pastoril e de domínio do Estado nacional sobre a região, atuaram ao longo de suas vidas na conquista de bens, prestígio político e manutenção do controle local na mão de suas famílias. Portanto, para compreender o jogo político e a elite de Palmas das décadas de 1870-1880, é necessário problematizar sobre o processo de apossamento dos campos por essa elite campeira e seu modo de organização e relacionamento com outros grupos sociais que ali habitavam.

Essa disputa por poder, liberdade e sobrevivência que marcaram o século XIX nesses campos, moldou a cultura política local assim como estabeleceu os meios para a disputa de poder. Neste sentido, as divisões não foram somente das terras entre posseiros em 1839, mas também étnicas, sociais e políticas.

Ao longo deste trabalho e com o processo de cotejamento das fontes e da bibliografia utilizadas, se mostrará como ocorreu esse processo e o que isso ocasionou na região. Porém, antes de analisar as relações sociais e de poder entre os grupos que compunham a sociedade dos campos de Palmas, é necessário realizar um breve histórico desta região de fronteiras indefinidas e posse disputada. Por meio disso, é possível compreender em que contexto ocorreu a expansão brasileira para essa região assim como a necessidade de ocupar essa área e estabelecer grupos de nacionais para garantir sua posse ao país.

2.1 A QUE NAÇÃO PERTENCEM ESSAS TERRAS?

Os campos de Palmas foram um local de disputas por sua posse desde o período colonial. Espanha e Portugal disputam o controle da região e ao longo do tempo tentaram de resolver essa questão por meio de tratados entre os dois países, com o intuito de delimitar suas fronteiras e encerrar a peleja pelo território. Dois tratados foram firmados com o fim de estabelecer de forma mais clara o traçado que separaria os domínios português e espanhol na América do Sul, o tratado

de Madri, em 1750 e o tratado de San Ildefonso, em 1777 (HEINSFELD, 2007).

Mesmo assim, tal como o tratado de Tordesilhas não garantiu o respeito dos limites territoriais dos dois países ibéricos, tampouco estes resolveram as disputas fronteiriças, que se arrastaram até o final do século XIX, somente após o arbitramento dos Estados Unidos da América (HEINSFELD, 2007).

Nas duas primeiras décadas do século XIX, na América, a região sul do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, era objeto de desejo a tempos no projeto português de expandir seu império até o Prata. Com a vinda da família real ao Brasil e a situação de prisioneiros dos membros da família real espanhola, Don João VI percebe a chance de realizar suas ambições territoriais no sul. Neste processo ocorreu o domínio português da banda orientale sua anexação ao império português (MISKIW, 2016).

Portugal, ao longo do processo de colonização da América, aproveitou-se da fraca presença espanhola em sua fronteira para expandir seus domínios a tal ponto que quando o Brasil se tornou independente de Portugal, mais da metade do território nacional brasileiro era espanhol no traçado estabelecido em Tordesilhas. O ímpeto expansionista se manteve após a independência, resultando em guerras contra a Argentina pelo domínio da banda oriental (MISKIW, 2016).

Neste contexto, ocorreu o estímulo à exploração e ao estabelecimento de um povoado nas zonas de disputa territorial com a Argentina, por parte dos governos imperiais e provinciais. Os interesses geopolíticos Brasileiros no Século XIX, aliado às pretensões pessoais de ganhos financeiros por parte latifundiários estabelecidos em outros campos paranaenses (na época ainda província de São Paulo), estimularam a formação de dois grupos (A composição desses grupos pode ser vista no Quadro 1) compunham fazendeiros, tropeiros e comerciantes, a investirem seu capital para encontrar, estabelecer-se e explorar os campos de Palmas, incluindo-o na economia de tropas e ao domínio nacional.

Porém, este avanço brasileiro na região não deixou contente o governo argentino que protestou contra essa investida brasileira, principalmente após se propor no parlamento brasileiro a ideia de estabelecer na região colônias militares. A Argentina alega que a região lhe pertencia em razão do que constava no tratado de San Ildefonso de 1777, porém, o Brasil contestava o nome dos rios que eram apresentados como marcadores de fronteira do local e que o estabelecimento de brasileiros na região, seu assentamento e exploração econômica, lhe fornecia uma base sólida de argumentos para reivindicar a área para si (HEINSFELD, 2007).

Não bastasse esta disputa com a Argentina, a província de São Paulo e de Santa Catarina não tinham clareza com relação às delimitações territoriais de suas fronteiras. Esta incerteza com relação aos limites, passou a ser um problema da província do Paraná após sua criação em 1853. Essa disputa entre Paraná e Santa Catarina se tornou uma disputa de repercussão nacional, sendo decidida somente após decisão do Supremo Tribunal Federal e do banho de sangue ocasionado

pela Guerra do Contestado na segunda década do século XX.

Estas disputas inflaram sentimentos nacionalistas por parte de Brasil e Argentina, assim como do Paraná e Santa Catarina na sua contenda interna. Disso surgiu o Movimento Paranista, além de causar a deterioração da imagem do presidente do Paraná, Affonso Camargo, pela aceitação do acordo com Santa Catarina (SILVA,2016). A elite agrária local dos Campos de Palmas não passou alheia a esses acontecimentos, ela tomou posição, se rebelou, protestou e participou destas disputas. Em razão disso, mereceu um aprofundamento da questão no decorrer deste texto.

Essa região de fronteira no sul do Brasil e de delimitações incertas, tanto internacionalmente quanto nacionalmente, é para onde fazendeiros paranaenses buscavam se apossar destas terras e extrair delas os benefícios financeiros que a mesma lhes ofertava, com seus campos e ervais. A criação de animais para alimentação e carga, com o objetivo de abastecer o mercado interno, assim como a exploração dos seus ervais que vão ganhando importância econômica para a província ao longo do século XIX, foram as definidoras das relações estabelecidas entre os fazendeiros e demais grupos sociais que ali habitavam. O processo de estabelecimento desta elite agrária nos campos de Palmas, nos mostra as relações, disputas e alianças estabelecidas entre posseiros e indígenas, e qual a importância delas para assegurar a posse dos campos na mão de poucos criadores de animais. Considerando essas relações, a seguir será abordado como ocorreu o processo de apossamento dos Campos de Palmas.

2.2 CAMPOS TINGIDOS DE VERMELHO

Todo o processo que levou os fazendeiros paranaenses a formarem sociedades e marcharem na direção dos Campos de Palmas, não foi nada tranquilo. Ofensas desferidas criaram animosidade entre os sujeitos que se lançaram na mata. Nesta seção se fará uma compilação e análise de dados e informações recolhidas de outras pesquisas, assim como fontes primárias e secundárias, a respeito do processo de apossamento dos Campos de Palmas os sujeitos que se juntarão as duas sociedades eram os seguintes:

Quadro 1 – Membros das sociedades para conquista de Palmas

Sociedade de Pedro de Siqueira Côrtes	Sociedade de José Ferreira dos Santos
Antônio de Siqueira Côrtes	Severo Tristão Rodrigues
Benedito	Jacob Dias de Siqueira
Domingos de Siqueira Cortes	Antônio de Sá Camargo
Domingos Floriano Machado	Cândido Cordeiro de Paula
Francisco de Oliveira	Cândido José dos Santos
Francisco de Siqueira	Cipriano José da Silva
Francisco Ignácio de Araújo Pimpão	Francisco Ferreira da Rocha Loures
Hermenegildo Alves de Araújo	Joaquim Manoel de Oliveira Ribas
Jeronimo Luiz Fernandes	Joaquim Mendes de Souza
João Cardoso Monteiro	José Ferreira dos Santos

João José Mendes	José Joaquim de Almeida
João Lustosa	José Matias de Freitas
Joaquim J. Pedroso	Lucidoro José de Farias
Joaquim José de Oliveira	Lúcio Írias de Araújo “Gavião”
José Antonio de Lima Pacheco	Manoel Teixeira de Freitas.
Luiz Alves Carriel	Manoel Domingues de Andrade
Pedro de Siqueira Côrtes	Manoel Leirias de Almeida
Pedro José Pereira	Manoel Mendes de Sampaio
Pedro Ribeiro de Souza	Manoel Narciso Bello
Tobias dos Santos	Maria Rita Brandina de Almeida
-	Pe. Ponciano José de Araujo
	Roberto José de Deus

Fonte: SILVA, 1976, p. 71–73

A chegada destas duas bandeiras até os campos naturais de Palmas, foi tumultuada. A historiografia produzida sobre esse momento da História da região relata a disputa pela propriedade destas terras entre os dois grupos que chegaram até o local. A divergência entre os grupos está clara já na montagem de ambas, pois o líder de uma delas, Pedro de Siqueira Cortes, foi rechaçado de participar da empreitada que partiu de Guarapuava (SOUZA, 2012). Os motivos dessa recusa não são muito claros, mas uma das hipóteses é a má fama que possuía Pedro de Siqueira Côrtes junto a seus pares. Em razão disso, ele monta um grupo sob seu comando para chegar até Palmas com os mesmos objetivos de se apossar dos campos naturais. É importante compreender que no contexto de expansão “O Império vivia um plano de guerra e expansão territorial para o interior e em direção as terras indígenas, também pelo controle do estuário do rio da prata” (SOUZA, 2012, p. 111).

Neste processo o Estado outorgava a determinados chefes locais o poder de organizar as expedições para atender a este objetivo:

Os comandantes dos povoados que se iam formando determinavam a distribuição das terras e a ocupação dos campos. São conhecidos alguns exemplos, como o de Antônio da Rocha Loures, capitão comandante de Guarapuava que autorizou várias invasões, dentre elas a da sesmaria de Atalaia [...] (SOUZA, 2012, p. 112).

A chegada dos dois grupos ao mesmo espaço com o mesmo objetivo, logo ocasiona uma disputa acalorada entre os grupos. Nos registros é possível verificar que os conflitos por vezes eram levados ao "arbítrio das armas" (SOUZA, 2012). Essa violência gerou inimizades e uniu grupos de indivíduos contra outros neste espaço. Portanto, iniciou-se um processo de formação de grupos opostos que disputaram cargos e prestígio localmente. Porém, apesar das disputas entre esses sujeitos por cargos e prestígio, por vezes se uniam em disputas com interesses comuns, como no caso de avanço sobre os territórios indígenas da região:

O vazio na legislação não determinava a ausência de uma regra, mas impunha a norma de distribuição das terras pelas Comandâncias Militares, segundo a ideia de que as terras pertenciam ao Império e portanto ao imperador. Ao que parece a força das armas, ou seja, o poder bélico, era o que mediava todas as ações. (SOUZA, 2012, p. 112)

Neste contexto, se insere o processo movido contra Vitorino Condá nos primeiros anos da ocupação dos campos de Palmas. Ele nos mostra essa rede se articulando contra os indígenas e se aproveitando para iniciar um processo de ligação entre os campos recém apossados com as fazendas já estabelecidas em Cruz Alta no Rio Grande do Sul. Abrindo esse caminho e garantindo segurança das comitivas de gado, os fazendeiros de Palmas poderiam lucrar com a utilização das suas fazendas para invernagem dos animais que partiram na direção de Sorocaba (SOUZA, 2014).

O caso contra Vitorino Condá é um exemplo da política local se articulando para limpar a imagem de um de seus membros, transformando a vítima em criminoso aos olhos do governo provincial de São Paulo. Isso se inicia com o assassinato de vários indígenas a mando de Pedro de Siqueira Côrtes, um dos chefes de uma das expedições que partiram para os campos naturais de Palmas.

Pedro de Siqueira Côrtes, que em 1843 era comandante da Companhia de Permanentes da Polícia de Palmas, envia um grupo de homens armados atrás de indígenas do grupo de Condá. Essa ação resultou na morte de mais de 20 indígenas que não tiveram chance de defesa. O crime cometido contra o grupo de Condá, tinha como motivador os interesses do comandante e demais fazendeiros nas terras os quais esses indígenas ocupavam e que em maior número ameaçavam sua expansão e estabelecimento na região. As implicações para Pedro de Siqueira Côrtes foram grandes, pois:

[...] é fato que Condá tinha amealhado prestígio e respeito do governo da Província, por conta da recuperação das sete crianças brancas que estavam cativas de indígenas, enquanto Pedro de Siqueira Cortez estava desonrado em razão de sua demissão do comando em Palmas, provocado, como sabido, pelo assassinato dos índios de Condá, cometido pelos homens do ex-comandante. (SOUZA, 2014, p. 51).

O importante deste processo é entender como Pedro de Siqueira Cortes reverteu essa situação, acionando toda uma rede de conexões que possuía com chefes locais para manchar a reputação que Condá havia adquirido junto ao governo provincial. Ele utilizou seus contatos com o subdelegado de Palmeira, Domingos Ignácio de Araújo, assim como o comandante de presídio de Guarapuava e o subdelegado da localidade, Antônio da Rocha Loures e Antônio de Sá e Camargo, respectivamente. Com isso se criou uma narrativa sustentada por “homens de prestígio”, de que Victorino Condá tinha sido responsável pelo sequestro das crianças brancas que resgatou, assim como ele era um fora da lei conhecido das autoridades locais por crimes que havia cometido na região.

Todo esse processo resultou na morte de inocentes, o que ocasionou a revolta de diversos indígenas que por vingança, atacavam fazendas locais, resultando na morte de três pessoas. A violência como meio de obtenção de posição política e econômica, começava ali a manchar de vermelho os Campos Palmenses com sangue das lutas políticas e econômicas ocasionadas pela expansão da região de criação de animais para a região.

Portanto, esse processo se iniciou com o estabelecimento das fazendas de criação, gerando desavenças entre os próprios posseiros, em um primeiro momento, e depois com os indígenas. A violência foi uma das formas de fazer política nesses campos, atingindo seu auge durante a chamada Revolução Federalista e posteriormente a Guerra do Contestado, casos que serão tratados mais adiante neste trabalho.

Na próxima seção, será abordado sobre as estruturas e as relações sociais nas fazendas, como por exemplo, a qual grupo social pertenciam os integrantes das expedições de apossamento e seus descendentes.

2.3 ESTRUTURA E RELAÇÕES SOCIAIS NAS FAZENDAS

Os sujeitos são frutos do local em que nasceram, do grupo social a qual pertenciam e do tempo em que viveram. Deste modo, para compreender as disputas políticas e as características da elite detentora do poder, é necessário entender como estava organizado o micro espaço social das fazendas de Palmas. Entre os pontos a serem analisados estão as atividades econômicas desenvolvidas no local, assim como sua organização social.

Desta forma, é necessário discorrer sobre os grupos sociais e étnicos que se relacionam e se confrontam a partir do lugar que ocupam. Neste ponto se apresentará conforme a bibliografia existente e fontes coletadas, as relações sociais e de poder entre fazendeiros, indígenas, escravizados e trabalhadores livres.

Alguns pesquisadores se debruçaram sobre o tema para melhor compreender a estrutura social e relações de poder exercida nos Campos. Portanto, se apoiar sobre esses trabalhos para a construção de uma pesquisa com foco na elite política local é de suma importância, pois cada um já abriu e limpou um pouco o caminho do qual podemos seguir.

A História de Palmas e da dinâmica política e social da localidade, passa necessariamente por algumas questões principais que serão analisadas: Propriedade da terra; trabalho livre e escravo. Isso definia seu espaço na hierarquia social local, sua condição econômica e como eram as relações com os demais habitantes. Aqueles que controlavam as instituições públicas locais como polícia, poder político e judiciário, exerciam seu poder em benefício seu e de seus pares sociais e políticos, mantendo assim um domínio refratário a mudanças na hierarquia social estabelecida.

Esses que ocupavam os cargos políticos e que ascendiam a eles por meio dos recursos financeiros que possuíam e das relações que estabeleciam com outras famílias locais de mesmo extrato social, concedeu a esse grupo o domínio sobre a localidade. O poder político alternava de grupos, porém os sujeitos que o ocupavam tinham o mesmo perfil social e origem na maioria das

vezes, como será visto mais adiante nesta pesquisa.

O processo de ocupação dos campos de Palmas possibilitou a esses fazendeiros, dominar o poder político da região, assim por meio do poder econômico que foram adquirindo com esse processo. Deste modo, o aproveitamento dos campos de Palmas para criação de animais, tinha o objetivo de lucrar com o abastecimento do mercado com animais para tração e alimento.

A direção até a província de São Paulo era percorrida pelas tropas de animais, peões e negociantes, que vendidos na feira de Sorocaba atendiam a demanda da crescente produção cafeeira desta e de outras províncias. Para realizar tal atividade, era necessária mão de obra nas fazendas para a lida com os animais, assim como transportar as tropas para São Paulo. A legislação da época favorecia a instituição da escravidão e a utilização de escravos como mão de obra, que também eram utilizados nas fazendas de criação de animais do sul do Brasil:

Não é possível saber com exatidão a tarefa específica que cumpriam os escravos no interior das fazendas, mas constaram alguns exercendo as funções de capataz ou condutor de tropas. Saint-Hilaire pôde observar escravos que participavam da marcação do gado, doma de potros xucros, castração de novilhos e do fornecimento de sal aos rebanhos que ocorria a cada dois ou quatro meses. Seguramente o trabalho mais rotineiro consistia em vigiar diariamente o gado e cuidá-lo de roubos, doenças, ferimentos, ataques de animais selvagens ou flechadas de índios, bem como participar de reparações que fossem necessárias na fazenda e de tocar as plantações. [...] As mulheres, em contrapartida, deveriam cuidar das tarefas domésticas, limpando e cozinhando, fazendo a farinha, os queijos e as velas, cuidando das crianças, das hortas e pomares caseiros, e da confecção de tecidos rústicos de lã ou algodão como cochonilhas, cobertores e roupas de trabalho. (GUTIERREZ, 2004, p.16-17)

A instituição da escravidão resistiu e se expandiu durante séculos no Brasil e era tida quase como parte intrínseca da sociedade brasileira, pois “A escravidão estava tão enraizada na sociedade brasileira que não foi colocada seriamente em questão até o final da guerra contra o Paraguai” (CARVALHO, 2016, p.51).

Este sistema chega e se assenta nos Campos palmenses junto com os posseiros que ali estabeleceram suas fazendas de criação, trazendo consigo uma marca da civilização brasileira que conquistava e fincava raízes nesta região.

As relações entre senhores e escravizados nos campos de Palmas foram de violência, resistência, imposição, negociação e sobrevivência, limitada sempre pelas demarcações legais em que um sujeito é condicionado pelo Estado como propriedade de outro. Desta forma, verifica-se que nesta estrutura não apenas a violência foi utilizada por senhores para fazer-se impor sua autoridade e direito que o estado lhe conferia de proprietário de outro ser humano. Assim como se rebelar contra o senhor não era o único modo de resistir ao estado de escravidão a que um sujeito era submetido.

É possível notar diferenças entre as relações senhor-escravo durante as duas últimas décadas do sistema escravista, em que houve ajustes realizados por ambas partes nas relações entre

eles. O senhor precisava de novos caminhos para continuar a impor seu domínio sobre o escravo e futuros libertos, principalmente em um contexto de crescente deslegitimação do sistema escravista a partir de 1860 e 1870 (ALONSO, 2015).

Portanto, fornecer concessões de mobilidade maior no espaço, a possibilidade do seu escravo constituir família, assim como fornecer a liberdade a um deles, não eram atitudes realizadas, tomando sempre o cuidado de se fazer entender ao escravizado, que essas concessões partiam do senhor como ato de benevolência e favor que esse prestava a alguns de seus cativos, com o intuito de manter os vínculos com esses sujeitos em uma relação paternalista.

Essas situações visavam fornecer ao escravo ou ex-escravo, a ideia de que o responsável pela melhora na condição daquele sujeito se devia ao seu senhor, estabelecendo assim outro modo de domínio e controle sobre o indivíduo, por meio de uma relação com concessão de favores. A respeito dessas situações é importante frisar que:

Com isso não queremos dizer que os cativos fossem passivos diante das estratégias senhoriais; ao contrário, estas estratégias nos mostram a preocupação dos escravistas em reiterar o domínio senhorial, em um contexto em que a instituição da escravidão cada vez mais estava fragilizada. (WEIGERT, 2010, p.83).

O recorte temporal desta pesquisa está inserido neste momento de decadência do sistema escravista, assim como a preocupação da elite política que possui escravos para lidar com essa nova realidade. Neste sentido, possuir fomentar vínculos com essa população que é importante do ponto de vista de mão de obra para as fazendas locais é de grande importância.

O compadrio entre donos de escravos, escravos e ex-escravos, foi uma forma em que ambas as partes possuem interesses no estabelecimento desses vínculos. De um lado, aqueles que possuíam escravos estendiam a relação paternalista da instituição escravista sobre os sujeitos que levavam consigo a marca deste sistema, enquanto da parte do escravo ou ex-escravo, ele conseguia estabelecer uma relação social parental com alguém livre e com status social maior na localidade, garantindo a seu filho proteção e reconhecimento do seu status de livre, principalmente após a lei do ventre livre de 1871. Portanto:

Ao batizar, pais e padrinhos chamavam-se pela mesma designação de “compadre” e passavam a dividir obrigações em relação ao afilhado, assim, ao menos ideologicamente, minimizavam-se as distâncias sociais entre as pessoas que estabeleceram esses vínculos de compadrio. Contudo, esses laços não dissipavam as hierarquias sociais; antes, refletiam essa característica presente na sociedade. (WEIGERT, 2010, p. 96).

Do ponto de vista da elite local que possuía escravos em suas posses, a utilização de diferentes estratégias além da violência, trazia consigo o objetivo de manter a hierarquia social estabelecida, a mão de obra disponível para atender às suas demandas, assim como deter uma força reserva que poderia lhe auxiliar em eventuais conflitos com outros membros da elite local, como será

visto ao longo deste trabalho.

A posse escrava era um importante aspecto na diferenciação social da elite local, pois possuía um importante valor monetário, o que fazia com que a compra dependesse uma quantidade significativa de recursos. “A posse escrava somente fez-se presente entre as famílias com condições financeiras consideráveis. Sujeitos pobres em Palmas não usufruíam do trabalho do escravo” (SIQUEIRA, 2010, p. 123).

Além do trabalho escravo, outro tipo de trabalho utilizado nas fazendas palmenses, assim como em demais localidades da província, era o de trabalhadores livres. Utilizados em menor grau que os escravos, porém, presentes nos serviços desempenhados nas fazendas de criar da região. Basicamente, uma mão de obra masculina que desempenhava as funções de capatazes e de peões, auxiliando nas tarefas de domar, marcar e castrar os animais de seus patrões.

Com esses sujeitos eram utilizadas diferentes estratégias de relações com a elite. A elite esperava estabelecer essas relações com a intenção de dependência e subordinação para com eles, utilizando por vezes o recurso de seus braços para defesa, em uma área ainda permeada pelo conflito com os indígenas às fazendas ali estabelecidas, assim como seriam chamados no final do século XIX para auxiliar nas lutas travadas entre maragatos e pica-paus na região³.

Como estratégia eram oferecidos a esses sujeitos a possibilidade de criar alguns animais e estabelecer uma roça em algum canto da propriedade do fazendeiro local, em troca dos serviços prestados, sendo até incorporados na condição de agregados. Outros ofereciam os serviços por jornadas e ou temporada, sendo chamados para o trabalho quando fazendeiros necessitavam de mais mão de obra do que dispunham no momento. Neste sentido, “[...] relações com agregados, com escravos, com peões viabilizavam o trabalho, a dependência pessoal e a obtenção de homens em armas” (FARINATTI, 2007, p. 34).

Principalmente após a Proclamação da República, o estabelecimento dessa relação com as populações subalternas no espaço de convivência comum, foi um aspecto importante no estabelecimento de clãs políticos familiares em Palmas, que possuíam conexões com outras localidades do estado, assim como de estados vizinhos.

2.4 QUEM TEM POSSES TÊM CARGOS

Na segunda metade do século XIX, Palmas já contava com uma população e importância econômica, que tornou possível a obtenção do elevação da categoria de freguesia de Guarapuava

³ Maragatos eram denominados os federalistas opositores do governo de Floriano Peixoto e dos governadores que o apoiavam. Tinham como doutrina política o liberalismo. Pica-paus eram os legalistas, que defendiam a legitimidade do presidente Floriano Peixoto e eram de tendência positivista (PEREIRA, 2006).

a município em 1879.

Nesses anos, Palmas continuou em um estado de difícil acesso às outras cidades do estado, com uma economia basicamente agrária e sem muitos edifícios e prédios públicos. A cidade carecia de atendimento médico, escola e infraestrutura. Muito disso se deve à atividade econômica principal, que se desenvolveu basicamente em área rural. Nas fazendas do município eram criados gado, cavalos e mulas, pois tal atividade não necessita de grande quantidade de mão de obra como as grandes propriedades produtoras de açúcar, café, algodão e outros produtos agrícolas de exportação da época.

Além disso, existiam escravos trazidos de outras partes da província, Brasil e da África, o que atrasava um desenvolvimento socioeconômico local, pois uma parte da população trabalhava e não detinha renda para se tornar consumidor e assim florescer atividades comerciais locais.

Outro grande problema local era o analfabetismo, que mesmo entre fazendeiros locais era comum. Quando se fala das mulheres, escravos, caboclos, mestiços e indígenas, conforme aponta o recenseamento de 1872⁴³, a situação era muito pior.

Levando em consideração a situação do município que tinha falta de infraestrutura, saúde, educação e um alto grau de concentração de renda entre poucas famílias, não é difícil imaginar que a lei e o poder político local eram exercidos por membros dessas famílias. Brancos, homens proprietários de terras.

A situação não mudou muito na década seguinte e a igreja que iniciou suas obras para cultos católicos, apenas iniciou as obras. A igreja no local era modesta, uma construção de madeira e chão batido. Em razão disso, por vários anos se levantou recursos com o intuito de construir uma nova Igreja no município. Esses recursos vieram principalmente do governo provincial e de doações dos proprietários de terras da localidade. A arrecadação para construção da igreja começou na primeira metade da década de 1880 porém sua obra somente foi concluída em 1917 (SANTOS, 2005).

Em 1879 o governo da província elevou Palmas a condição de município, em razão disso os moradores tinham o direito de instalar uma câmara municipal (instalada em 1880), além de eleger vereadores e organizar-se politicamente de forma um pouco mais independente. Nesta década a disputa do poder político local se organiza. São formadas alianças de famílias abastadas locais com divisão em grupos bem definidos. Os partidos conservador e liberal, cada um era liderado por um grupo de fazendeiros.

O que se pode identificar foram dois grupos políticos, de um lado a Família Ribas, ligada ao partido conservador, e os Araújo e Soares, ligados ao Partido Liberal. Aqui as divergências não são de carácter ideológico, mas sim a disputa dos clãs políticos para a obtenção de cargos públicos e o controle político local.

⁴ Recenseamento disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>

O período das primeiras eleições organizadas em Palmas como município emancipado e com direito a estabelecimento de uma Câmara Municipal, foi o do final do Império. Neste período a escravidão está caminhando para seu fim enquanto instituição legalizada pelo Estado nacional brasileiro. Isso gera um senso de urgência em como lidar com esse contingente de pessoas que passariam a serem livres conforme as legislações que se seguiram nesse período, principalmente em relação ao direito político que poderiam ter acesso.

A política nacional, mesmo contanto com alguma participação popular, é excludente, manipulada em diversas esferas e com um recorte social de representação restrito às elites urbanas e rurais do país. Essas pessoas formularam as leis e as propostas sobre qual emancipação da escravatura fazer, que reformas eleitorais e do Estado Brasileiro conduzir. Por mais que existam pressões sociais para que se levasse adiante essas mudanças, ainda foram mudanças conduzidas por uma elite privilegiada, que puderam moldar diversos pontos para atender a seus interesses.

Neste contexto de crise do regime escravista e do próprio Império, é que as primeiras contendas eleitorais do município de Palmas ocorrem. A primeira eleição em Palmas foi realizada sob a reforma eleitoral instituída pelo decreto 2.675, de 20 de outubro de 1875, conhecido como a leido terço. Essa reforma ficou assim conhecida pois:

[...] pretendia, através do voto incompleto, reservar um terço dos votos depositados nas urnas para o partido de oposição nas eleições para vereadores, deputados provinciais e gerais, com o intuito de garantir-lhe uma participação mínima no Parlamento (SILVA, 2014 p.13).

Assim como outras reformas eleitorais durante o Império, a justificativa da fraude eleitoral e eleições decididas pela mesa eleitoral e vencendo na grande maioria das vezes o partido governista, que utilizava o controle da estrutura do Estado para fazer vencer seu partido nas eleições. Deste modo, a garantia do terço da oposição era uma maneira de prestar legitimidade à disputa eleitoral e a satisfazer as facções políticas, mesmo que derrotadas.

Mas não foi somente essa mudança que ocorreu com o decreto de 1875, também tiveram mudanças importantes no processo eleitoral no que tange a qualificação de votantes e eleitores e as instâncias de recursos. Algumas das principais mudanças foram:

A qualificação tornou-se permanente; a lista de qualificação paroquial seria revista por uma junta municipal; o votante/eleitor seria identificado através do título de qualificação com os dados e assinaturado cidadão (se ele soubesse ler e escrever) e a mesa paroquial não poderia recusar o voto do cidadão qualificado por não portar o título de qualificação. E com o objetivo de promover uma maior depuração do eleitorado, outra medida importante apareceu na Lei de 1875: a exigência de comprovação afirmativa de renda para o voto. A partir da aprovação da Lei, o cidadão teria de comprovar sua renda através de provas afirmativas, não servindo mais o testemunho de terceiros (SILVA, 2014 p.16).

A reforma, que tinha como um dos objetivos garantir a participação eleitoral dos cidadãos

que cumpriam os requisitos para qualificação eleitoral, criou mecanismos que dificultavam o acesso do direito político a cidadãos que possuíam ocupações em que a comprovação de renda era difícil de se conseguir, fazendo com que esses sujeitos tivessem de despende tempo e vontade para conseguir a documentação necessária para comprovar a renda mínima para participar do pleito eleitoral. Neste sentido, o que ocorre é uma limitação das classes menos favorecidas na participação da vida eleitoral do país.

Com essa legislação eleitoral em vigor, ocorrem as eleições de 1880 na província do Paraná. Neste ano, os liberais retomam o controle da assembleia provincial depois de praticamente uma década de domínio conservador na província, refletindo esse resultado também em Palmas.

Na eleição de 1880 para a ocupação dos cargos de camaristas do município, foram eleitos os seguintes sujeitos:

Quadro 2 - Informação de vereadores em 1879-1880 para os cargos de Camaristas/Vereadores de Palmas

Alípio José do Nascimento e Souza (Presidente da Câmara)
Frederico Teixeira Guimarães
João Ferreira de Araújo
Luiz Lustoza de Souza Menezes
José Manoel Xavier
Francisco de Assis e Araújo Pimpão
Joaquim Simão de Oliveira

Fonte: Almanak da Província do Paraná: Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Paraná

Desses sujeitos que lograram cargos na primeira formação da Câmara Municipal de Palmas, conseguimos levantar algumas informações sobre suas profissões e negócios. O presidente da Câmara durante o período é descrito na obra *Genealogia Paranaense* da seguinte forma:

Coronel Alipio José do Nascimento e Souza, nascido em Palmas, na fazenda «Floresta», no dia 27 de Outubro de 1845. Varão de Grande enfiatura moral, gosou sempre de vasto prestígio social e político. Foi abastado commerciante em Curityba. Hoje vive cercado de grande consideração, que sempre gosou, na cidade de Palmeira, onde reside e se casou, a 27 de Abril de 1874 com Cherubina Camargo do Nascimento e Souza (NEGRÃO, 1929, p.353).

Como é possível notar na descrição realizada por Francisco Negrão em sua obra genealógica, ele possuía uma posição social elevada onde residia e desfrutava de prestígio tanto em Palmas quanto Palmeira, cidade de onde vieram vários fazendeiros que se estabeleceram nos campos de Palmas na década de 1840. É possível notar também que seu casamento se deu com uma mulher de mesma posição social e uma das famílias que disputaram o controle político de

Palmas durante as últimas décadas no século XIX e início do século XX.

Conforme estabelecia o Art. 168 da constituição de 1824, lei ainda vigente neste período, o vereador mais votado assumia o cargo de presidente da câmara de vereadores. Neste caso, como Alípio José do Nascimento e Souza foi o mais votado nas eleições seguintes a composição da primeira câmara em 1879⁵, é provável que tenha sido ele o presidente da primeira câmara instalada na Vila de Palmas em 1879 também⁶.

O primeiro presidente da câmara, assim como seu irmão, eram do partido Liberal. Na notícia a seguir, é possível verificar a posição política de Estevão Ribeiro do Nascimento (Irmão de Alípio José de Araújo), que foi publicada pelo jornal *Dezenove de Dezembro*:

HOMENS DA ORDEM

Sob esta epigraphe iremos dando conhecimento publico dos crimes e tropelias com que o partido conservador tem festejado a sua ascensão ao poder. Começaremos pelo que succedeu em Palmas, felizmente um dos poucos logares da provincia em que se presenciariam scenas dessa ordem.

O nosso importante amigo Estevão Ribeiro do Nascimento, por ocasião dos festejos que alguns consevadores faziam pela noticia da situação foi barbaramente agredido pelo solicitador João Caetano da Silva, que lhe desfechou dous tiros de revolver, que erraram o alvo, e um outro que ferio na perna nosso amigo Nicolao de Camargo. O delinquente, tendo sido preso em flagrante, conseguiu evadir-se para Nonoay (HOMENS DA NOTÍCIA, 1885, p. 1-2)

Este trecho nos corrobora com que o Alípio José do Nascimento e Souza era Liberal, pois seu irmão aparece neste trecho envolvido em uma briga com outro sujeito de Palmas que festejava a mudança de gabinete no Rio de Janeiro e a ascensão do partido conservador ao poder, o colocando do lado oposto da luta política. Como ambos eram irmãos e próximos, a ponto de um confiar seus negócios ao outro como pode se ver no seguinte recorte:

DECLARAÇÃO

Deixa abaixo assignado retirando-se temporariamente para o interior da provincia, declara que fica encarregado de todos seus negocios nesta capital seu mano Alipio José do Nascimento, com que se poderão entender.

Curityba. 9 de Setembro de 1889
Estevão Ribeiro do Nascimento (DECLARAÇÃO, 1889, p. 3).

⁵ Alípio José do Nascimento aparece no Almanak Paranaense, que foi produzido em 1879 no Rio de Janeiro, com informações da província do Paraná, entre os vereadores da Vila, em razão disso, e do fato de nas eleições de 1880 ele ter sido eleito e assumido como presidente, provavelmente ele era na primeira composição da Câmara do município presidente da mesma.

⁶ No site da prefeitura de Palmas ele aparece como primeiro prefeito, mesmo não sendo esse o nome do chefe do executivo municipal na época, mas é provável que o tenha sido. Disponível em: <<https://pmp.pr.gov.br/website/views/historia.php>> Acesso em 11 de Nov. 2022.

Nesta declaração, redigida em uma data posterior ao trecho anterior, pode-se notar que existe um certo nível de confiança entre ambos, a ponto de um deixar seus negócios com o outro como encarregado enquanto viaja. Além disso, o modo de tratamento que aparece na declaração em que Estevão se refere a Alípio é mais informal, utilizando a palavra “mano” para se referir a seu irmão. Quando seguimos na leitura do trecho do jornal Dezenove de Dezembro intitulado “Homens da Ordem”, uma clara ironia com que o jornal trata o que será noticiado a seguir, vemos como as disputas políticas locais, mesmo em casos em que ocorre uma mudança política nacional e não no âmbito municipal, como a queda do gabinete liberal e a troca por um gabinete conservador no Rio de Janeiro, as desavenças políticas poderiam levar a casos como tentativa de assassinato. O uso da violência como meio de disputa política aqui é nítido, mesmo entre aqueles que são membros da elite local.

Alípio José do Nascimento é um comerciante, não temos mais detalhes sobre seu negócios, mas sua condição financeira o seus relacionamentos o levaram a galgar cargos e prestígio, não só em Palmas como em Palmeira e Curitiba, como está mencionado no trecho da *Genealogia Paranaense*. Alguns dos seus cargos foram o de Presidente da Câmara de Palmas, Vereador/Camarista, Capitão da Guarda Nacional durante o Império e posteriormente na República foi deputado estadual⁷.

Alípio José do Nascimento, o primeiro presidente da Câmara Municipal de Palmas, é um dos exemplos de relações estabelecidas não somente no espaço de vivência, mas fora dele também. Ele possuía negócios em Curitiba, residiu em Palmeira onde tinha residência, em Palmas foi eleito político local, cidade em que seu irmão Estevão Ribeiro do Nascimento possuía fazendas também, então os membros da elite local de Palmas, precisavam dessas relações fora da localidade, para negociar o que produziam, e utilizavam dos contatos, facilitados em razão dos parentescos e da posição social, e habilidades pessoais de relacionamento, para garantir a saúde dos negócios que desenvolviam.

Esse perfil se repete entre aqueles que foram presidente da Câmara durante o império e prefeitos nas primeiras décadas da república. Podemos, inclusive, verificar determinados sobrenomes se repetindo ao longo deste período como é possível verificar a seguir:

Quadro 3 - Políticos locais

Prefeito/Presidente da Câmara	Período	Partido	Atividade
Alípio José do Nascimento e Souza	1879-1883	Liberal	Comerciante

⁷ Informações sobre patente militar retirada do jornal Dezenove de Dezembro N.58 de 07/03/1884. Sobre o cargo de deputado está disponível a informação no site da Assembleia Legislativa do Paraná.

Firmino Teixeira Baptista (Coronel Vivida)	1883-1866	Liberal (Maragato)	Fazendeiro
Pedro de Sá Ribas	1886-1887	Conservador	Fazendeiro
Simplício Oliveira Sá Ribas	1887-1888	Conservador	
Olympio Carvalho de Lima	1888-1889	(Maragato)	
José Joaquim Bahls	1889-1890		
Josino Oliveira Sá Ribas	1891-1892	PRF (Pica-Pau)	
Alexandre Leopoldino dos Campos	1892-1894	PRF (Pica-Pau)	
Francisco Oliveira Ribas	1894-1898	PRF (Pica-Pau)	Fazendeiro
Rufino Oliveira Sá Ribas	1898-1900	PRF (Pica-Pau)	Fazendeiro
Bento Stingelin	1900-1904		
Augusto Guimarães	1904-1908	(Maragato)	
Domingos Araújo	1908-1912	PRPr (Maragato)	Fazendeiro
Coronel Domingos Soares	1912-1916	PRPr (Maragato)	Fazendeiro

Fonte: Elaboração própria a partir do referencial bibliográfico

Esse quadro nos mostra algumas informações interessantes. Dos 15 políticos que chegaram ao cargo de Prefeito/Presidente da Câmara, 6 eram Fazendeiros, aqui incluímos esse ramo de atividade somente dos sujeitos que conseguimos comprovar esse vínculo, mas em razão do contexto econômico local e o período em que ocupam o cargo, é provável que quase todos tivessem a mesma ocupação.

Outro ponto que chama a atenção, é a repetição do sobrenome Ribas, aparecendo 5 vezes no quadro anterior. É uma das famílias que chegou no processo ocupação dos campos de Palmas e que ali se apossou de terras e se estabeleceram como um importante clã político local, tendo feito seus membros como chefes de partidos ao longo do período, como o caso de Simplício Oliveira Sá Ribas, chefe do partido Conservador local durante a última década do Império assim como o Coronel Rufino Ribas, Chefe do Partido Republicano Federal na localidade com a queda da monarquia.

Outros nomes importantes que é possível notar são o de Domingos Araújo, filho de Francisco Antônio de Araújo, um dos membros da expedição de Pedro de Siqueira Cortes para a ocupação dos campos de Palmas em 1839. Essa também é uma das famílias antigas que chegaram no processo de ocupação das terras e que em razão dos ganhos econômicos advindos das atividades desenvolvidas nelas, como a criação de animais, possibilitam a ocupação de cargos políticos na localidade. Essa família, é aliada política do Coronel Domingos Soares, com quem eles estabelecem

vínculos de parentesco por meio de casamento, como se verá no próximo tópico.

2.5 UNINDO CASAIS E FORMANDO ALIANÇAS

Aqui pretende-se discutir o papel das ligações familiares ocasionadas através do matrimônio, e seus desdobramentos para a formação de grupos políticos de Palmas.

O que se pode notar no estudo sobre a elite de Palmas, é que a família ocupava uma posição dominante como instituição social e política. Haviam arranjos matrimoniais e também, a presença da endogamia grupal em alguns casos. Mas essas não eram as únicas estratégias sociais a fortalecer a manutenção das famílias da elite. As práticas sucessórias de redistribuição do patrimônio de um determinado sujeito eram estratégias fundamentais para garantir as estruturas familiares de poder, e ocupavam lugares centrais no conjunto de mecanismos reprodutivos de suas riquezas (FARINATTI, 2007).

Desta forma, identifica-se que a reprodução social e as relações interpessoais eram articuladas por essas estratégias de sucessão. Havia, portanto, várias formas de transmissão de propriedades e outros bens, as quais causavam impactos sociais, econômicos e demográficos. Isso se deve ao modelo de estrutura familiar, além das taxas de migração, endogamia, entre outros fatores da época.

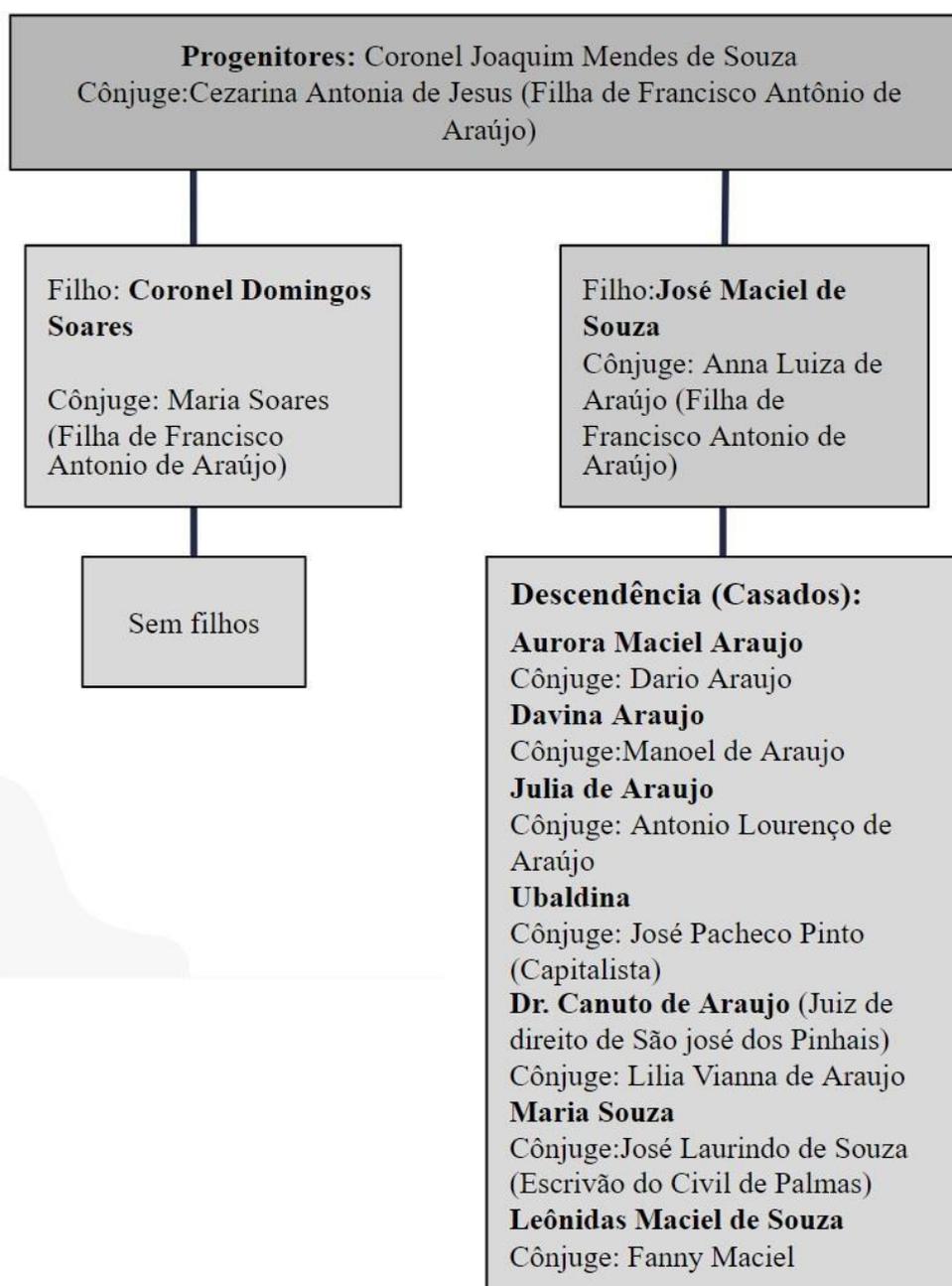
No plano social mais amplo, laços de solidariedade, parentesco e trabalho redundavam em dependência mútua entre os indivíduos e as famílias locais. Assim, articulação de poder também se insere no plano das relações familiares, se pensarmos que os grupos sócio-econômicos definiam estratégias para a sua sobrevivência (SAMARA, 1989, p. 31).

Os núcleos familiares pertencentes à elite mantinham seu poder, portanto, através da família. Isso ocorria por meio do casamento de seus filhos, em que os filhos homens eram muitas vezes encaminhados para áreas como a militar, religiosa e, principalmente, cargos públicos. Além disso, contava-se com a manutenção de suas terras e com o estabelecimento de uma estratégia para a transmissão de bens.

(...) a manutenção de relações entre seus diversos componentes estava, basicamente, relacionada com laços de sangue, parentesco fictício e um de uma rede de parentesco, muitas vezes fictícia, os chamados apadrinhamentos ou alianças por casamento com outras famílias que também faziam parte da elite agrária, fazendo disso, complexo sistema de direitos e deveres. Dada a sua importância, a vinculação a esses agrupamentos permitia uma maior participação política, social e econômica na ordem patriarcal. E, se por um lado, para esses indivíduos era necessário procurar a proteção de uma família, para o patriarca também era interessante a sua manutenção, pois isso significava proteção política em uma sociedade em que o prestígio era medido pela quantidade de "arcos" que o seguiam (SAMARA, 1989, p. 13).

Tendo em vista, que os casamentos, não são apenas uma união ou contrato entre dois indivíduos, mas sim uma parte das estratégias de preservação de posição social, formação de alianças entre famílias, percebemos essas mesmas estratégias entre a elite local de Palmas. De casamento entre sujeitos de mesmo estrato social e de lado político. Um dos exemplos mais claros disso, são as relações de parentesco estabelecidas entre a família Araújo com o Coronel Domingos Soares, este último, um dos personagens principais no episódio denominado Batalha do Irani, ou seja, o enfrentamento bélico entre as forças de segurança do Estado do Paraná e os caboclos liderados pelo monge José Maria, destacado como o primeiro combate da Guerra do Contestado.

Figura 1. Árvore genealógica de Coronel Domingos Soares e José Maciel de Souza



Fonte: Elaboração própria com base em Negrão (1927).

É possível notar no quadro acima, que Coronel Domingos Soares e seu irmão José Maciel

de Souza, ambos são casados com filhas do fazendeiro Francisco Antônio de Araújo, um dos membros da sociedade de Pedro de Siqueira Cortes que chegou aos campos de Palmas em 1839 e progenitor da família Araújo, cuja sua descendência alcançou cargos de vereadores e Prefeitos de Palmas. O que chama a atenção é que o casamento deles é com suas tias, pois a mãe dos dois também era filha de Francisco Antônio de Araújo, prática comum no século XIX, principalmente em regiões mais afastadas como era o caso de Palmas.

É possível notar também que os filhos do irmão do Coronel Domingos Soares, José Maciel de Souza, seguem o mesmo padrão, de preferencialmente se casarem com sujeitos da família Araújo, mostrando assim o fortalecimento dos laços entre ambas, refletindo também nos laços políticos que ambas as famílias possuíam.

Outras famílias de Palmas, como a família Ribas, um dos clãs políticos locais e com nomes importantes da política paranaense⁸ espalhados pelo estado, seguem o mesmo padrão de casamento entre pessoas de mesmo estrato social. Porém, ela não possui uma relação tão forte e evidente de preferência de casamentos, como é o caso dos Araújo com as famílias de Domingos Soares, em que pai e filhos são casados com Araújo e 3 dos 7 filhos casados de José Maciel de Souza, são com sujeitos desta mesma família.

A família Ribas já possui uma diversidade maior de sobrenomes nos casamentos que possui, como nos casos dos irmãos e filhos de Pedro de Sá Ribas, que foi presidente da câmara de Palmas durante o Império. Aparecem sobrenomes famosos na política tanto estadual quanto local, como França, Camargo, Ribeiro do Nascimento, entre outros (NEGRÃO, 1926). Isso mostra uma variedade de relações maiores dessa família quando comparada a Araújo e a de Domingos Soares.

Os matrimônios foram, portanto, uma das estratégias de manutenção e conquista de poder, prestígio e ascensão, que foi utilizada em Palmas, assim como em diversos outros locais do Estado para estabelecer relações entre famílias de elite, nos auxiliando a traçar alianças formadas, como o caso de Soares/Araújo em Palmas, para as disputas políticas locais.

Essas disputas vão encontrar o auge de sua beligerância com a Proclamação da República e suas primeiras décadas, como as disputas pelo controle político local e modelos de organização de estado com a mudança de regime no Brasil. Essas questões serão abordadas mais profundamente no próximo capítulo.

⁸ É possível verificar mais sobre os clãs familiares que dominaram a política paranaense, principalmente no Império, na tese de Alessandro Cavassin Alves A província do Paraná (1853-1889): A classe política. A parentela no governo. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35972>>

3 O ADVENTO DA REPÚBLICA E AS MUDANÇAS DO JOGO POLÍTICO

Neste capítulo buscaremos analisar o contexto nacional de alteração do regime político no Brasil assim como suas consequências no Paraná e na localidade de Palmas, apontando quais foram as rupturas e as continuidades no contexto do novo regime político com base na historiografia política e na historiografia do exército da Primeira República.

Após aproximadamente 70 anos de Monarquia, em 15 de novembro de 1889, o Brasil tornou-se uma República. Essa transição contribuiu para diversos e complexos fatores na esfera política e social. O processo de transformação pelo qual o Brasil passava nesse período, contribuiu para o isolamento da Monarquia. Tradicionalmente, o período correspondente a Monarquia pode ser organizado em três fases: Primeiro Reinado, Regência e Segundo Reinado. O Segundo Reinado se refere ao período mais longo da Monarquia brasileira, e foi, em termos administrativos e institucionais, um momento de transformações para a estrutura do Império, caracterizando-se por uma fase que contribuiu para as mudanças que abalaram a própria ordem vigente.

A segunda metade do século XIX foi marcada, por exemplo, pela crise do Vale do Paraíba, que era a mais importante região produtora de café no Brasil, sendo comandada por grandes fazendeiros, os quais apoiavam a monarquia. Contudo, na região do oeste paulista, havia outros grandes fazendeiros em oposição à centralização do Império. (MARQUESE, 2009). Em 1870, no Rio de Janeiro, foi formado oficialmente o Partido Republicano. Nos anos seguintes, foram organizando-se outros partidos similares em províncias importantes do Império. Não menos importante, mas sim um elemento fundamental para a crise da Monarquia, foi a relação entre os militares e o Império. Os militares, influenciados pela Guerra do Paraguai, mostravam-se dispostos a transformar os costumes políticos, apresentando o Exército como um salvador nacional. (CARVALHO, 2016).

Nesse contexto, que os militares se colocaram contra a Monarquia, posicionando-se ao lado daqueles que defendiam a República. Essa situação se intensificou ainda mais após a abolição da escravidão, em 1888, momento em que os grandes fazendeiros se posicionaram contra a Monarquia, afinal, eram dependentes da mão de obra escrava e abolindo a escravidão, eles perderiam sua principal força de trabalho.

A libertação dos escravos não trouxe consigo a liberdade efetiva. Essa igualdade era afirmada na lei mas negada na prática.

[...] aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram à sua fazenda, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário (CARVALHO, 2016, 57).

Neste contexto, Visconde de Ouro Preto foi nomeado para chefiar o gabinete ministerial, em

julho de 1889. Ao propor várias reformas políticas e sociais, foi criticado pelos setores conservadores, que era quem ainda sustentava o Império. Com isso, Ouro Preto decidiu aumentar os poderes da Guarda Nacional, sendo ainda mais criticado pelos militares.

No decorrer desse processo, com a intensificação das críticas e a insatisfação com o Império, em 15 de novembro de 1889, sob a liderança de Marechal Deodoro da Fonseca, é oficializada a República no Brasil.

Do ponto de vista da representação política, a Primeira República não significou grande mudança. Ela introduziu a federação de acordo com o modelo dos Estados Unidos. Os presidentes dos estados (antigas províncias) passaram a ser eleitos pela população. A descentralização tinha o efeito positivo de aproximar o governo da população via eleição de presidentes de estado e prefeitos. Mas a aproximação se deu sobretudo com as elites locais. A descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais. (...) essas oligarquias conseguiram envolver todos os mandões locais, bloqueando qualquer tentativa de oposição política. (CARVALHO, 2016, p. 46-47)

No entanto, considerando alguns aspectos, é possível afirmar que a República fortaleceu as lealdades provinciais em detrimento das lealdades nacionais, ou seja, reforçou os governos estaduais. Esse contexto foi interpretado por alguns monarquistas como um processo de fragmentação do país, sendo resultado da República e do Federalismo (CARVALHO, 2016). Desta forma, o modelo republicano federalista foi consolidado, abrindo espaço para a ascensão das oligarquias agrárias ao poder. Neste contexto, surgem diversos fenômenos sociais e políticos, sendo um deles, o coronelismo. O coronelismo foi uma consequência das representações políticas e principalmente, da estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural (CARVALHO, 2016).

Apesar do direito ao voto ser garantido pela Constituição, isso não representou a liberdade ao voto ou o direito de escolha política, pois, grande maioria dos eleitores habitavam o interior dos estados e eram pouco politizados, isso fez com que os proprietários agrários (os coronéis) passassem a controlar o voto, gerando um processo eleitoral favorável a seus próprios interesses.

O coronel foi uma figura chave nesse processo de controlar o voto da população rural. Era um sujeito temido e respeitado, aumentando sua influência e seu poder político por meio da violência e troca de favores (LEAL, 2012; CARVALHO, 1997). Foi neste contexto que os coronéis forçaram seus eleitores a votarem nos candidatos de sua preferência, ou seja, candidatos que estavam aliados a suas convicções políticas, econômicas e sociais. “Quando a guarda nacional perdeu sua natureza militar, o poder político ficou nas mãos de seus chefes [...]” (CARVALHO, 2016, p. 47.) O coronelismo foi então a aliança desses chefes com os presidentes dos estados e desses com o presidente da República, sendo sustentada pela fraude nas práticas eleitorais, tendo em vista o amplo controle dos votos.

Esse controle de voto, foi denominado, mais tarde, como voto de cabresto. É nítido que a politicagem e o favorecimento de determinadas figuras políticas, faziam parte de todo o processo

eleitoral. Nos municípios, os coronéis locais costumavam defender o governador, essa era uma forma de conseguir recursos financeiros para obras públicas e outras ações gerais no âmbito municipal. Neste contexto, havia a necessidade de defender candidatos de determinada facção das oligarquias estaduais, gerando uma dependência política. Com isso, uma espécie de comprometimento fundamental do coronelismo, resultam algumas características, como o “[...] mandonismo, filhotismo, o falseamento do voto, e a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 2012, p. 44).

Com essas características estabelecidas, surgem as rivalidades e os conflitos entre os coronéis, sejam eles de pouca ou grande influência, porém, pertencentes a diferentes oligarquias agrárias, sendo comum o uso da violência neste sistema caracterizado pela dominação política (LEAL, 2012).

Portanto, o coronelismo teve como principal característica, a centralização do poder local nas mãos de sujeitos proprietários de terras, sendo resultado de uma confluência de fatores históricos, econômicos e sociais. Foi a principal base de sustentação da Primeira República (1889-1930), sendo favorecido pelo deliberado descaso do Estado com as populações rurais. Ao obrigarem a população rural a votar em seus candidatos, garantiam o reconhecimento de sua autoridade local por parte dos governos estaduais e federais, os quais asseguravam a impunidade de seus desmandos e das violências de seus jagunços (LEAL, 2012).

O projeto de construção de um sentimento nacional não foi consolidado durante a Primeira República. A participação na política nacional era limitada a pequenos grupos. O povo não tinha espaço no sistema político tanto imperial quanto republicano, e apenas assistia aos acontecimentos como alguém curioso e temeroso (CARVALHO, 2016).

A primeira república foi, portanto, marcada pelo amplo domínio das oligarquias, que eram pequenos grupos formados por sujeitos bem estruturados economicamente, os quais possuíam poder político e relações que lhe asseguravam prestígio social.

Neste contexto, e principalmente, após o governo dos dois primeiros presidentes (Fonseca e Peixoto), os republicanos demonstraram certa insatisfação com o andamento da política no país, dividindo-se em dois grupos. Sendo que em um grupo eram favoráveis à descentralização do poder, ou seja, defendia uma participação mais predominante por parte dos estados, enquanto o outro grupo era favorável à manutenção de um presidente com mais poderes, acreditavam que essa era a forma de consolidar a república de modo prático no Brasil. Além disso, os militares do Exército e da Marinha apresentaram discordâncias em relação às suas participações no governo federal.

Considerando que havia grupos defendendo caminhos opostos para a república, discutindo sobre a centralização do poder nas mãos do presidente ou então, sobre autonomia dos estados, identifica-se que ambos os governos, tanto Deodoro da Fonseca quanto Floriano Peixoto, eram

favoráveis à centralização do poder para o presidente da república, com objetivo de consolidar o movimento que depôs a monarquia. É neste contexto, que no Sul do Brasil, a insatisfação dos republicanos quanto ao cenário político contribui para a ocorrência da Revolução Federalista.

Assim ocorria o confronto entre esses dois grupos com visões políticas distintas, os federalistas que eram contra o autoritarismo do governo federal e favoráveis do parlamentarismo, assim como era no período da Monarquia, e os republicanos, que defendiam a centralização do poder nas mãos do presidente.

Vale destacar ainda que foram os federalistas que iniciaram revolução após a nomeação de Júlio de Castilhos, com apoio de Floriano Peixoto, como presidente do estado do Rio Grande do Sul. A revolução perdurou até 1895 após o presidente Prudente de Moraes fazer um acordo entre os dois grupos.

O Paraná, principalmente a região ao Sul, chamada de Campos de Palmas, apresenta um histórico econômico e de relações próximas ao estado vizinho do Rio Grande do Sul, pois uma das principais atividades econômicas do estado/província, embasadas nas recentes relações escravistas que oficialmente estavam encerradas, era a criação de animais e a invernagem de tropas que vinham do estado vizinho, estabeleceu relações além das comerciais, também de ideias, identificações culturais e de amizades/alianças. Então quando se irrompe a revolução com a força que teve no Rio Grande do Sul, arrasta também os coronéis locais na decisão de participar e em que lado estar do conflito.

As diferenças políticas e até o modo violento de resolução dessas diferenças não são novidades da República, mas nessa região de campos e fronteiras por decidir, marca o auge de desavenças políticas entre sua elite agrária, que também é política neste caso, perdurando mesmo após o encerramento do conflito.

Na próxima seção, será discutido sobre a construção das rivalidades e alianças entre a elite agrária dos chamados Campos de Palmas e, posteriormente, município de Palmas, como forma de entender melhor o contexto em que ocorrem e os modos de disputa de poder que são empregados entre esses sujeitos.

3.1 AS DISPUTAS ENTRE FACÇÕES REPUBLICANAS NO PARANÁ E SEUS DESDOBRAMENTOS EM PALMAS

A queda do regime monárquico teve grandes impactos e disputas políticas para o estabelecimento de um pensamento hegemônico do modo o qual se estruturaria o Estado brasileiro. Deste modo, distintos partidos foram criados defendendo idéias diferentes com relação a sua estruturação. No Paraná isso também ocorreu e neste tópico este será nosso foco e claro,

relacionando com seus desdobramentos na cidade de Palmas.

Nos primeiros anos de 1889, com a tentativa de organizar o novo regime, começam a surgir algumas contradições entre os próprios grupos que defendiam as ideias republicanas. Os interesses entre esses grupos eram divergentes, e isso acaba gerando conflitos. Havia fazendeiros de café, representantes progressistas, sujeitos ligados à indústria, profissionais liberais e militares. Esses conflitos tornaram-se desgastantes e acabaram envolvendo além dos republicanos insatisfeitos, os monarquistas, rompendo a frente revolucionária (COSTA, 1998). Os fazendeiros, representantes da oligarquia rural, disputavam o poder com sujeitos do Exército e com a burguesia. Em algumas situações, burgueses e militares possuíam interesses semelhantes, o que fazia com que ambos ficassem do mesmo lado no conflito. Neste novoregime, em seus primeiros anos, pouco se ouviu falar em estabilidade entre esses grupos, os quais disputavam a liderança e mantinham-se descontentes com os novos rumos do governo (COSTA, 1998).

Esse contexto acabava criando expectativas aos monarquistas, que almejam a restauração do regime anterior. Esses conflitos ocorreram durante a chamada República da Espada, curto período governado por Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) e pelo também marechal Floriano Peixoto (1891-1894).

O governo de Deodoro caracterizou-se por uma grande instabilidade política, culminando com a sua renúncia à presidência. Ao assumir o governo na qualidade de vice-presidente, Floriano Peixoto teve ocasião de pôr em prática suas ideias sobre a necessidade de um governo forte. As agitações não cessaram. Os numerosos atritos ocorridos no período contribuíram para acirrar os ânimos e criar antagonismos irreconciliáveis. Terminado o período governamental, Floriano entregou o governo ao primeiro presidente civil. Os primeiros anos da República foram anos de agitação. Revoltas, conflitos, conspirações eclodiam por toda parte (COSTA, 1998, p. 402).

Após esse período, houve a estruturação de uma base econômica pelas oligarquias cafeicultoras devido à crescente produção cafeeira, garantindo poder a este grupo. O governo de Prudente de Moraes foi um governo agitado, em que os conflitos se mantiveram. Na sequência, o governo de Campos Salles impôs um momento de calmaria no cenário político, favorecendo a ideia de uma política feita por governadores. Neste governo, as oligarquias locais assumiram os estados, e a elas foi concedida a autonomia para tratar dos assuntos regionais, e como retribuição, esse grupo seria apoiado a nível federal (COSTA, 1998).

Conforme mencionado anteriormente, a fraude eleitoral tomou conta neste contexto, sendo favorecida pelo voto descoberto e pela subordinação do eleitorado aos proprietários das terras. A oposição perdia força e não venciam as eleições, ganhava quem recebia apoio daqueles que possuíam o poder, sendo emanada a vontade dos governadores (COSTA, 1998).

Vários estados estavam sob domínio das oligarquias, entretanto, estas oligarquias disputavam espaço entre si a nível federal, se opondo, geralmente, à oligarquia paulista. Campos Salles tinha apoio em sua política financeira por parte de alguns setores, apesar de estar sob pressão

dos credores britânicos, e ainda, fez acordo comercial com os Estados Unidos, o que contribuiu para intensificar a oposição em outros setores.

A política exterior do governo republicano despertara também desde 1889 numerosas críticas. Nem todos aprovaram a deliberação tomada pelo governo de estreitar relações com os Estados Unidos. A assinatura do tratado de reciprocidade comercial entre o Brasil e aquele país, publicado no Brasil em 1891, suscitou comentários pouco favoráveis. Em 1894, Eduardo Prado fazia publicar *A ilusão americana*, uma espécie de contestação aos argumentos dos que pleiteavam uma aproximação maior com os Estados Unidos. Nessa obra comentava as repercussões daquele tratado no Brasil. Muitas firmas tinham sido prejudicadas com a medida. Um grande número de negociantes e industriais externou seu descontentamento por meio da imprensa. O *Jornal do Comércio* transcreveu críticas ao que era considerado um desastroso tratado. O governo americano isentava o café e certos tipos de açúcar de direitos de importação, mas recebia em troca isenção de direitos sobre as farinhas de trigo e vários outros artigos americanos, obtendo ainda para os demais produtos uma redução de 25% nas tarifas da alfândega. As cláusulas prioritárias amplamente benéficas aos Estados Unidos prejudicavam empresas nacionais chegando a arruinar algumas (COSTA, 1998, p. 398).

Ao se aproximar dos Estados Unidos, estava favorecendo as oligarquias cafeicultoras, afinal, era para onde os fazendeiros exportavam grande parte do café. Esse contexto ocasionou em uma grande insatisfação por parte dos outros setores, principalmente no que diz respeito aos grupos de industriais, os quais não trabalhavam com a exportação de seus produtos.

Ocorreram ainda outros conflitos entre cafeicultores e industriais, pois ambos possuíam interesses diferentes. As políticas de proteção à indústria, por exemplo, não eram defendidas pelos cafeicultores. Considerando essas questões, o governo sentia-se pressionado de ambos os lados, mas acabava descontentando esses grupos ao tentar implementar uma nova política, que por consequência era na maioria das vezes, hesitante e instável. (COSTA, 1998).

O propósito da política econômica foi discutido na Câmara, entre protecionistas e antiprotecionistas. Os assuntos tratados eram os interesses industriais e os interesses agropecuários, sendo que a maioria dos estados se opôs às diretrizes políticas defendidas pelas oligarquias cafeeiras.

A ideologia dos industrialistas, caracterizada por um tom nacionalista e protecionista, opunha-se à ideologia antiprotecionista das classes rurais que eram apoiadas pelos grupos importadores. Os setores mais rotineiros da agricultura, apegados ainda a métodos tradicionais de produção e que viviam em estado de crise permanente desde o fim do Império, julgavam-se, por sua vez, preteridos e prejudicados pela política econômica do governo, que seguia as diretrizes traçadas pelos representantes das zonas progressistas, em franca expansão (COSTA, 1998, p. 399).

Compreende-se que houve um grande domínio das oligarquias, principalmente em São Paulo. Entretanto, em outros estados do país, as oligarquias também marcaram presença, como por exemplo, a atuação dos fazendeiros no sul do país. Porém, neste contexto, no Sul, os fazendeiros acreditavam que o regime republicano poderia ser uma forma de controlar o poder (COSTA, 1998).

Considerando que a Proclamação da República ocorreu por meio de um golpe dos militares

contra o regime monárquico, e com pouca presença de reais republicanos, no âmbito regional surgiram diferentes partidos, como por exemplo, o Partido Republicano e o Partido Mineiro. Esses dois partidos fortaleceram a Política dos Governadores, estabelecida por Campos Salles (NAGLE, 2001).

Neste contexto, a formação de agremiações nacionais passou a ser desestimulada, até houve tentativa por parte de alguns partidos republicanos federalistas, liberais e conservadores, mas não tiveram apoio suficiente para agregar forças políticas, fazendo com que possíveis futuros partidos, deixassem de existir. Essa situação propiciou espaço para que no âmbito federal, alguns agrupamentos, ainda que poucos, mas que atendiam as exigências impostas, fossem oficializados como partido político (NAGLE, 2001). Abaixo será apresentado um quadro com os partidos políticos oficializados, o período, e seu respectivo líder.

Quadro 4 - Partidos políticos oficializados entre 1893 e 1927

Partido	Período	Líder
Partido Republicano Federal	1893	Francisco Glicério de Cerqueira Leite
Partido Republicano Conservador	1910	Pinheiro Machado e Quintino Bocaiúva
Partido Republicano Liberal	1913	Rui Barbosa
Partido Democrático Nacional	1927	Antônio Prado

Fonte: Elaboração própria com base em Nagle (2001).

Por mais que tenham existido diferentes partidos políticos durante esse período, verificou-se até o momento, que a Primeira República foi marcada pelo domínio político e econômico das oligarquias dominantes nos estados, não havendo participação democrática de amplos setores da sociedade. Neste contexto, intensifica-se as relações entre famílias a níveis regionais e locais na esfera política, sendo sustentadas por fraude eleitoral e controle do voto.

Neste sentido, é relevante seguir para o estudo sobre o poder local no estado do Paraná, durante a transição do regime monárquico para a República e entender o estabelecimento do coronelismo enquanto instituição política.

É importante ressaltar que neste período, a economia do estado estava relacionada aos interesses madeireiros e ervateiros, e aliada a um projeto de desenvolvimento conservador. Esse contexto contribuía para a manutenção do grupo dominante, que se sustentava desta forma desde o Império (GOULART, 2004).

Eram desses grupos dominantes que saíam os nomes para os cargos políticos, principalmente na esfera municipal. A questão político partidária nos mostra a presença de dois partidos, havia uma bipolaridade estabelecida entre o próprio grupo dominante, e a nomenclatura desses partidos variava de acordo com a época, mas geralmente, apresentavam-se divididos entre

duas legendas: PRF (Partido Republicano Federal) e UR (União Republicana). Após 1908 se unem para criar o PRPr (Partido Republicano Paranaense). Apesar de ser uma junção de legendas, é importante frisar que ela ocorreu considerando as discussões e rivalidades entre os grupos, e o interesse era basicamente, agregar capital político (GOULART, 2004).

Ao analisar o levantamento biográfico e genealógico da primeira diretoria do Partido Democrático Paranaense, realizado por Natália Cristina Granato, é possível identificar o perfil geral dos membros dominantes desta agremiação. Destaca-se que o primeiro presidente do partido foi o comendador João Guilherme Guimarães, filho de Manuel Antônio Guimarães, o Visconde de Nácar, e de Rosa Correia Guimarães. João Guilherme uniu-se em matrimônio com Clotilde Miró, filha de Manoel Miró (NEGRÃO, 2004 apud GRANATO, 2018). Identificou-se que foi um casamento de negócios, para manter a classe dominante paranaense, pois João Guilherme era um dos herdeiros do capital econômico acumulado pela família Guimarães, e Manoel Miró, pai de sua esposa, era um comerciante e industrial da erva-mate em Antonina no Paraná.

Outro sujeito, Manoel de Alencar Guimarães, sobrinho de João Guilherme, também desempenhou cargos importantes no Paraná:

Este agente desempenhou os cargos de juiz municipal, chefe de polícia, secretário de estatística, deputado estadual em 1892, deputado federal em 1894, reelegendo-se em 1900. Exerceu interinamente a presidência do estado em 1908. Senador por cinco legislaturas, liderou a dissidência no Partido Republicano Paranaense, denominada “Coligação Republicana” [...] (GRANATO, 2018, p. 44).

Com o intuito de criar um grupo de apoiadores do presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca (1910), é fundado o Partido Republicano Conservador (PRC). Este partido foi considerado situacionista, pois demonstrava apoio ao governo que se encontrava no poder tendo como primeiro presidente, o jornalista e ex-senador pelo Rio de Janeiro, Quintino Bocaiúva. Mas quem detinha maior poder sob o partido e realizava os movimentos decisórios, era o senador José Gomes Pinheiro Machado, do Rio Grande do Sul (GOMES, 2021).

Contudo, no início dos anos 1910, a política da Primeira República ficou marcada pela coexistência de dois partidos nacionais, sendo o PRC e o Partido Republicano Liberal (PRL). Este partido surge com o objetivo de apoiar a candidatura do senador Rui Barbosa, da Bahia, para à Presidência da República, em 1914. Porém, a candidatura não ocorreu, e isso enfraqueceu politicamente o PRL, trazendo como consequência a desorganização de seus diretórios estaduais, sendo extinto em 1916.

O PRC manteve suas atividades até 1930, mas vale ressaltar que em 1915, Pinheiro Machado faleceu, fazendo com que a partir deste período, houvesse uma perda na força político-partido. Tanto o PRL quanto o PRC, possuíam líderes que não conseguiram manter entre si uma aliança política de longo prazo (GOMES, 2021).

Com a Proclamação da República, também ocorreu uma reorganização de vida partidária da elite local em Palmas, porém a disputa continua a ser travada entre os mesmos rivais como acontecia no Império.

A família Ribas, que chefiava o partido Conservador local⁹, aderiu ao Partido Republicano (Liderado por Vicente Machado), que ascendeu ao poder em 1891, ficando como partido do governo do estado (Como governo Legalista, quando o estado é tomado pelos federalistas) até o final da revolução federalista em 1895. Neste momento, a família Ribas volta a ficar novamente no mesmo lado político que João Caetano da Silva, que era do partido conservador e ingressou, também durante o Império, ao Partido Republicano. Esse passado no partido Conservador e depois a adesão ao Partido Republicano durante o Império, até gerou algum desconforto em João Caetano da Silva, como se pode ver em sua publicação em 1888 após as eleições:

No Jornal Sete de Março n. 24 de 3 do corrente mez, folha que se publica n'essa Capital, deparei com um agradecimento feito pelo illustrado Redactor d'essa folha á aquelles que o felicitaram por occasião de ser eleito Deputado Provincial, figurando na enumeração de nomes o de minha humilde individualidade; e, sendo Republicano, não desejo que meus correligionarios levantem juizos temerarios a meu respeito, devido a essa felicitação. Não podia e nem mesmo devia, deixar de felicitar esse distincto Cidadão, porque, não o fazia ao correligionario politico, mas sim, á aquelle que muito préso e admiro e que durante os sete annos de ostracismo do partido conservador, em cujas fileiras collaborei, foi o batalhador infatigavel na defesa dos interesses d'esse partido, o qual felizmente, apezar de tarde, lembrou-se do pagamento da divida de honra contrahida com o mesmo, levando seu nome as urnas e elegendo-o Deputado, e em cujo numero, tenho certesa, fará figura bastante saliente pelas grandes luzes de que é dotado. Em resumo, a estima e consideração em que o tenho é tanto que, ha annos fui exonerado do cargo de Escrivão da Collectoria d'esta villa, por Ordem do Homem da Palmeira, quando então na Presidencia, e isto por dar-lhe meu voto e ultimamente voltando do Rio Grande do Sul, onde me achava, na Eleição que se feriu n'esta provincia para Deputados Provinciaes ainda o contemplei em minha lista e foi tambem por essa occasião que tive a felicidade de ser a primeiro a lançar no Municipio Palmense a semente Republicana que, espero em Deos, germinará. Creia, finalmente, o illustrado Re-dactor do Sete de Março que aquel-la publicação não feriu-me, e, si explico o telegramma de felicitação que o dirigi, é somente para que não se duvide de minha crença politica. João Caetano da Silva. (VILLA DE PALMAS, 1888).

Conforme a citação demonstra, o sujeito João Caetano da Silva, foi um personagem importante durante a revolução federalista, pela insatisfação de seus adversários locais, antigos membros do partido Liberal durante o Império, e adesistas da causa federalista, em razão de sua atuação como um dos chefes da polícia local e alinhado com o governo legalista do estado naquele momento.

Esse apoio e relação próxima dos líderes do Partido Republicano, que irão comandar o estado durante praticamente toda a primeira década do de vida da República, lhes garantiam uma ascensão confortável ao comando da prefeitura local durante o período, tendo os membros da

⁹ As publicações da morte de dois membros importantes da família Ribas de Palmas, confirmam suas filiações partidárias. Conforme noticiou o Jornal Sete de Março (Jornal do Partido Conservador) nas edições dos dias 30 de maio de 1888 e 28 de novembro de 1888. Disponíveis em: <http://memoria.bn.br/DocReader/812870/112> e <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=812870&pagfis=16/>

família Ribas, dos quatro mandatos de prefeitos entre 1891 e 1900, três vezes a posição foi ocupada por um de seus membros.

Essa situação se estabelece em Palmas, principalmente pelo modo de organização e das tomadas de decisões realizadas pelos antigos membros dos partidos Liberal e Conservador, que viam agora ser instaurada uma nova ordem com a queda da monarquia. Neste primeiro momento da República no Paraná:

[...] seria relevante que no presente momento ocorresse a aglutinação dos antigos atores políticos dos Partidos Liberal e Conservador em um só Partido Republicano, o que representaria uma base sólida regional para representação política no novo regime. No entanto, o referido governador promoveu uma Comissão Executiva composta por personalidades políticas do Estado para concretizar as tais alianças, como também a organização político-administrativa do Paraná. Como o grupo do Partido Liberal de Jesuino Marcondes - representante dos interesses agrários dos Campos Gerais -, havia sido privado do governo Provincial com a mudança de regime, geraram-se condições propícias para os correligionários do Partido Conservador - que representava os interesses do setor ervateiro -, e àqueles que se intitulavam republicanos históricos, aproximarem-se do governo provisório para implementarem seus interesses e firmarem seu poder político nos cargos mais importantes, assim como também nas urnas. (GOULART, 2008, p.290)

Portanto, o fato do domínio da família Ribas na política de Palmas durante a primeira década da República, esteve ligado a esse fato pelo posicionamento gerado pela oportunidade de aproximar-se do poder político com o novo regime, que como consequência, afastou o partido opositor do governo provincial.

A disputa política que já existia no império, entre Conservadores e Liberais em Palmas, continua entre os mesmos grupos, porém em um processo de adaptabilidade ao novo regime político republicano, que busca também firmar-se em todo o país. Se os Conservadores saíram na frente no processo de adesão e acercamento ao novo regime político, os Liberais paranaenses em sua grande maioria foram para a oposição ao governo do Estado, principalmente após a ascensão ao poder de Floriano Peixoto em 1891. Em Palmas os Liberais, do grupo da família Araújo e de Coronel Domingos Soares, também foram minoria no comando local neste momento.

No que se refere aos Araújo, é possível afirmar que após a Proclamação da República, muitos migraram para o Paraná e passaram a ter o controle de alguns espaços, e até mesmo a ocuparem cargos no Congresso Legislativo Estadual.

(...) após a Proclamação da República os Araújo distribuem-se ao longo do território do Paraná no controle de alguns municípios ou então ocupam cargos no Congresso Legislativo Estadual, o que revela que a força e o poder desta família passa a ficar cada vez mais restritos. Apesar de não ocuparem cargos mais expressivos durante o regime republicano, ao mesmo tempo conseguem implementar condições para horizontalizar seu mando, estendendo este sobrenome para a chefia, ou participando dela através de prefeituras em cargos de camaristas, suplentes e até mesmo como prefeitos locais. Isto ocorria em vários municípios paranaenses até 1930, como em Palmas, Ipiranga, Guarapuava, União da Vitória, Jaguariaíva e Clevelândia, por exemplo (GOULART, 2005, p.05).

As práticas políticas no estado do Paraná são caracterizadas por essas políticas, as quais configuram o chamado coronelismo, em que se há o controle do voto para que este seja a favor do partido situacionista. É comum que a própria oposição, na coligação partidária, faça alianças com o partido que detém o poder, pois, essa é uma forma de se beneficiar assegurando o poder nas mãos da classe dominante e não perder forças na esfera política (GOULART, 2005).

Os ânimos de mudança de regime, de mudança de clãs no controle do estado com a nova situação, e também as dúvidas quanto ao novo modelo republicano e de governar do presidente Floriano Peixoto, acirram os sentimentos no sul do país, e Palmas, não ficou alheia às agitações e barbáries cometidas durante os acontecimentos da Revolução Federalista. É uma região com uma cultura política e integração econômica histórica com os vizinhos gaúchos, que sublevam contra a ordem estabelecida e levam o conflito aos campos de Palmas, como podemos ver na sequência.

3.2 A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E A DISPUTA POR UM MODELO DE ESTADO

No presente tópico se analisará o contexto em que eclode a Revolução Federalista no sul do Brasil, quais os atores envolvidos e a importância deste evento para a região como um todo. Estiveram em disputa dois modelos de organização do estado nacional brasileiro em que os campos de Palmas e o estado do Paraná foram impactados com estes eventos. Conforme analisado anteriormente, o período em que se desenrola a Revolução Federalista, foi marcado pela insatisfação política, em que houve a divisão em dois lados. Sendo um lado em defesa da centralização do poder no Executivo federal e outro lado pela defesa da autonomia dos estados.

Como havia uma organização distinta entre a organização política de nível nacional e de nível estadual, apesar do sistema político oligárquico da Primeira República se complementar em diferentes esferas, isso causava alguns conflitos com consequências diferentes para cada uma dessas esferas. O resultado alcançado foi o declínio do sistema nacional, não havendo possibilidade de reestruturação. No estado do Rio Grande do Sul, o clima era de contestações mais radicais, havendo uma fase de rearticulação de uma oposição ao governo e posteriormente, aliaram-se aos republicanos com intuito de unir forças para o poder político do Estado durante a Primeira República (PEREIRA, 2006).

É neste cenário que Rio Grande do Sul e Minas Gerais fazem alianças com outros estados e passam a desafiar as oligarquias da política do café com leite, promovendo posteriormente, a Revolução de 1930, com apoio e liderança de Getúlio Vargas e João Pessoa (PEREIRA, 2006). Quanto ao sistema de governo no período da Primeira República, podemos considerar que:

discussão e polêmica, pois conforme o histórico de ambos, o presidencialismo estava relacionado à República e o parlamentarismo à monarquia. Está associada ao passado e a República ao futuro (PEREIRA, 2006, p. 137).

Ao relacionar as diferentes visões que se tinham sobre os sistemas de governo, é possível elencar duas razões, entre as mais variadas que existem, para a eclosão da Revolução Federalista, sendo uma das razões considerada liberal e a outra, positivista. A visão liberal traz consigo o direito de defesa contra a tirania que todo ser humano possui por natureza. Já a positivista, apresenta o desejo de romper com o passado, isso inclui a tradição e os privilégios existentes no sistema sociopolítico que havia sido derrubado, que era o que dificultava a entrada do Rio Grande do Sul na modernidade, vista como a República, a ciência, com a ordem e o progresso (PEREIRA, 2006).

Apesar do manifesto de João Nunes da Silva Tavares, que conclamou os cidadãos rio-grandenses às armas, ser datado de 5 de fevereiro de 1893, o prenúncio da Revolução Federalista data de 19 de novembro de 1890. Nesta, Deodoro da Fonseca decreta a anulação do banimento dos monarquistas, possibilitando o retorno ao Estado de Silveira Martins, que chegou ao Rio Grande em fevereiro de 1892. A volta deste líder deu ânimo, incentivo, forma e conteúdo à oposição, aumentando ainda mais a radicalização e o antagonismo entre gasparistas e castilhistas. Na chegada de Silveira Martins renova a defesa ao parlamentarismo em oposição ao presidencialismo republicano, reforçando ainda mais as dúvidas e desconfianças destes em relação a uma possível tentativa restauradora. Além disso, em 31 de março de 1892, 84 os federalistas reúnem-se no Congresso ou Convenção de Bagé, sob a presidência de Joca Tavares, e aclamam Silveira Martins chefe do recém-fundado Partido Federalista ou Partido Republicano Federal, cujo nome (até no nome) visava distinguir-se do Partido Republicano Rio-grandense de Júlio de Castilhos. A revolução era uma questão de tempo. Tentando evitá-la, reúnem-se Júlio de Castilhos e Silveira Martins, mas as divergências permanecem ou aumentam, não havendo acordo possível (PEREIRA, 2006, p. 83)

João Nunes da Silva Tavares e Júlio de Castilhos intensificam a sua dualidade de poder no Estado, gerando acusações de um para outro de um governo ilegal. Como consequência, passam a ocorrer conflitos entre os dois grupos em prol da manutenção do cargo de seu representante. Castilhos, apoiado por Floriano Peixoto, vence essa dualidade ocasionando o aumento da repressão contra a oposição. O que aumenta ainda mais essa tensão, é a renúncia de Castilhos em favor de Vitorino Monteiro, sendo que essa renúncia foi um acordo estabelecido com Floriano Peixoto. Com isso, tropas coronelistas se organizam na tentativa de derrubar os castilhistas do poder. No entanto, Monteiro considerou os atos como ilegais e os anulou. João Nunes da Silva Tavares, após ser derrotado, migra para o Uruguai para iniciar então a Revolução. Neste cenário, Monteiro transfere o governo para Fernando Abbott, que mantém a repressão contra a oposição, criando a Brigada Militar para defender os interesses do grupo que estava no poder, os castilhistas. A função da Brigada Militar era defender o estado contra uma possível revolução liderada pelos federalistas, a então chamada Revolução Federalista (PEREIRA, 2006). Os objetivos da Revolução Federalista podem ser considerados como:

[...] libertar o Rio Grande da tirania [...] a restauração da lei, do direito, da justiça, da segurança à liberdade, aos bens a vida de todos os cidadãos – o amor a liberdade (RODRÍGUEZ, 1980, p. 54. apud PEREIRA, 2006, p. 135).

Os atores envolvidos neste evento eram: Maragatos, os federalistas e Pica-paus, os legalistas. Os Maragatos - comandados por João Nunes da Silva Tavares tinham como principais comandantes das tropas: Gumercindo Saraiva, Rafael Cabeda, Prestes Guimarães, Juca Tigre, Marcelino Pina, Vasco Alves, Ulisses Reverbel. Os Pica-paus - comandados por Hipólito Ribeiro, tinham como principais comandantes das colunas: Mena Barreto, João Teles, Francisco Rodrigues Lima, Aparício Mariense, Manoel do Nascimento Vargas, Fabrício Pilar, José Gomes Pinheiro Machado, Salvador Pinheiro Machado (PEREIRA, 2006).

No final do século XIX, a república foi instalada de diferentes maneiras, em diversos estados brasileiros. Como mencionado anteriormente, havia dois lados, aqueles que defendiam a manutenção de um modelo agrário-exportador com autonomia dos estados, e aquele que defendia a centralização da política. Após desencadeada a tensão política no Rio Grande do Sul, também mencionada anteriormente, houve perseguição contra os federalistas. Como consequência, em 1892, se refugiaram no Uruguai. Mas depois, com a chamada "Revolta da Armada"¹⁰, houve uma aproximação entre a Marinha e os federalistas, em que ambos tinham Floriano Peixoto como inimigo. Em 1893, os federalistas que estavam refugiados no Uruguai, iniciam as invasões ao Rio Grande do Sul, sendo chamados de Maragatos. Esse termo era atribuído a pessoas com influência uruguaia, de modo pejorativo, pois era uma forma de designar pessoas consideradas desqualificadas (SÊGA, 2001).

Neste contexto, as invasões se expandem, ocorrendo a ocupação da ilha do Desterro, a atual Florianópolis - SC, onde foi organizado um governo aliado aos federalistas, momento em que elaboraram o plano de invasão ao Paraná. Foram consideradas três frentes para essa invasão:

Paranaguá, que foi rendida em janeiro de 1894 face à superioridade bélica dos comandados de Custódio de Mello; Tijucas do Sul, que também não conseguiu oferecer resistência à altura das tropas de Gumercindo Saraiva; já na Lapa, o cel. Gomes Carneiro, diante da ausência do envio de reforços, mostrou a mais séria resistência das três frentes: por quase um mês ofereceu obstáculo ao cerco maragato ("Cercoda Lapa"), mas veio a falecer em combate e a cidade acabou caindo em mãos federalistas. (SÊGA, 2001, p.74).

Neste cenário, o governador do Paraná, que era Vicente Machado, deixou Curitiba ser invadida pelas forças de Gumercindo Saraiva, transferindo a capital para a cidade de Castro por um

¹⁰ Ocorreu entre setembro de 1893 e março de 1894. Teve início no Rio de Janeiro e avançou para o sul do Brasil, onde a Revolução Federalista acontecia simultaneamente. No sul foi uma disputa entre as próprias elites, em que um lado pretendia depor o presidente Marechal Floriano Peixoto e eram favoráveis ao Marechal Deodoro da Fonseca, enquanto o outro lado defendia Floriano Peixoto e não apoiava Deodoro da Fonseca. A rivalidade entre os marechais ficou evidente, passando a haver divergência de opiniões entre a Marinha e o Exército, entre os governos e as bancadas estaduais, entre outros grupos que deveriam sustentar o regime. Informações disponíveis em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/revolta-da-armada>>

curto período de tempo. Neste contexto, Curitiba passou a ser dirigida por uma Junta Governativa presidida por Ildefonso Pereira Corrêa, Barão do Cerro Azul, o qual fazia parte do grupo de legalistas. (SÊGA, 2001).

Em 1894, João Meneses Dória chega a Curitiba com sua tropa e com vários oficiais da Marinha e do Exército, sendo aclamado governador do estado do Paraná. A tropa de federalistas comandada por Gumercindo Saraiva, vinda do Rio Grande do Sul, ao chegar em Curitiba, aliou-se com os interesses de João Meneses Dória. Os chefes maragatos pretendiam, através da força de suas tropas, dominar o Paraná atacando por terra e mar (CARNEIRO, 1982).

Mesmo com a força dos federalistas (maragatos), os quais eram mais numerosos, Ildefonso Pereira Corrêa, resistiu com suas tropas legalistas aos ataques sofridos retardando o avanço federalista no sul do Brasil e permitindo a posterior chegada dos reforços organizados e enviados pela capital federal. O comando legalista enviou para o Paraná, mais precisamente do Rio de Janeiro e de São Paulo para a cidade da Lapa, tropas regulares e voluntários civis, resultando numa terrível batalha (CARNEIRO 1982).

O Barão do Cerro Azul, na tentativa de um acordo com os revolucionários a fim de proteger a população dos saques e das violências ocasionadas pelas tropas dos maragatos, contribuiu para transformar a Junta Governativa de Curitiba em uma Comissão para Lançamento do Empréstimo de Guerra. O foco era arrecadar fundos para os rebeldes, em troca teriam a proteção da cidade. No entanto, sua atitude levantou suspeitas de que ele poderia estar colaborando com o movimento dos rebeldes (SÊGA, 2001).

Quando, possivelmente, ocorreria a vitória dos federalistas, Floriano Peixoto organizou uma contraofensiva, conquistando vitórias e provocando a perda de confiança dos maragatos, que se retiraram do Paraná. Entretanto, com a estabilização dos legalistas, ainda se mantinha a desconfiança em relação ao Barão do Cerro Azul (CARNEIRO, 1982). Neste contexto, sob ordem de Vicente Machado e do comandante militar Ewerton Quadros, ocorre a execução do barão. "A vingança legalista seria cruenta nos três Estados" (SÊGA, 2001).

A região ficou marcada pelas ondas de violência, pela desorganização na pecuária e na agricultura, entre outras questões que influenciaram na região devido a centralização do poder.

A luta enfraqueceu os federalistas, fortaleceu os republicanos e a centralização do poder. Como saldo a Revolução aproximou o Exército dos castilhistas; desorganizou a pecuária e a agricultura; incentivou o contrabando de produtos e armamentos; a pilhagem, o saque, a violência e a destruição. Além disso, o ódio que era nutrido apenas entre as facções, estendeu-se à sociedade gaúcha em todo o Rio Grande (PEREIRA, 2006, p. 87).

Entretanto, é possível concluir que a Revolução Federalista:

(...) possibilitou a aproximação, a cooperação e a reciprocidade entre os liberais federalistas e parte da oficialidade da Marinha, ambos em situação privilegiada durante o período

imperial; e entre os republicanos castilhistas e parte da oficialidade do Exército. Portanto, a Revolução não foi um movimento restaurador, mas contou com forte dose de saudosismo nostálgico do período decaído e uma forte militância em prol da República associada aos novos tempos (PEREIRA, p. 88).

No Rio Grande do Sul, os conflitos armados foram interrompidos somente em 1895 durante o governo de Prudente de Moraes. Teve como consequência, aproximadamente, doze mil mortos, e provocou o deslocamento de dez mil maragatos para o Uruguai (SÊGA, 2001).

É possível afirmar, portanto, que a Revolução Federalista foi um confronto entre dois grupos políticos, que disputavam o controle do estado nacional e o modelo de organização política da república recém instaurada no Brasil. A contenda, como toda guerra, “[...] é a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75). As inimizades, as rivalidades, os sentimentos de injustiça e vingança não se dissipam com o seu fim. Continua a fazer parte da divisão política e das disputas locais pelo poder.

Na próxima seção poderemos observar melhor as divisões políticas anteriores, durante e após a Revolução Federalista, e como esse acontecimento histórico continuou vivo nas pelepas pelo poder local.

3.3 OS FEDERALISTAS EM PALMAS E DISPUTA POLÍTICA LOCAL

Neste capítulo será analisado o envolvimento da elite de Palmas ao longo da Revolução Federalista e os impactos para a dinâmica política e social local que resultaram desta encarniçada guerra. Este evento foi determinante para criar inimizades entre os sujeitos deste estrato social. As tensões políticas em Palmas, que vem do Império, como vimos no primeiro capítulo, na tentativa de assassinato perpetrada por João Caetano da Silva, na época do partido Conservador, a um membro do partido Liberal, Estevão Ribeiro do Nascimento, nos mostra que a disputa de poder e de cargos localmente nunca foi calma e tranquila. Porém, uma revolução vinda do sul levou essas disputas a um outro nível de enfrentamento e de exaltação dos ânimos locais.

O ano de 1891, foi decisivo para entender a adesão de diversos sujeitos de Palmas às fileiras da causa federalista quando interrompeu a revolução e a tomada de Porto Alegre no estado vizinho. Além de muitos terem relações estabelecidas com sujeitos do Rio Grande do Sul, como consequência também da área de criatório natural dos campos de Palmas, que levou fazendeiros a organizarem-se para ocupar esses campos em 1839, a disputa pelo controle do estado, e assim uma grande quantidade de cargos e poder na mão de um grupo político, provocou sentimento de injustiça e tenciona as inimizades.

Os Republicanos, liderados por Vicente Machado, acreditam na ilegitimidade do processo que levou o grupo de Generoso Marques ao poder no Paraná. Existe a alegação de fraude nas

eleições e acusações de ineficácia de governar do Presidente do Estado, naquele momento, o próprio Generoso Marques.

Como o poder político do governo do estado era muito grande para influenciar os resultados das eleições, tanto estaduais quanto municipais, o grupo liderado por Vicente Machado, resolveu se organizar e depor o governador do Estado. Esses sujeitos têm êxito e conseguiram, com apoio de forças de segurança e do exército, derrubar o governo estabelecido em um golpe.

Com um novo governo liderado pelo grupo de Vicente Machado, são exonerados diversos sujeitos dos cargos que ocupavam em várias cidades do Paraná. Isso não é diferente em Palmas, como se pode ver a seguir:

Em Palmas, o intendente Firmino Teixeira Baptista, por alcunha Vivida, não quis entregar o arquivo ao intendente revolucionaria que, receiando grave perturbação da ordem publica, pediu ao commandante do districto um destacamento da Colonia Militar do Xapeco e a presença dessa força, naquella villa, foi sufficiente para chamar á rasão e á ordem aquelles que manifestavam velleidades ou assomos de resistencia. O delegado de policia Antonio Ferreira Ribas, nomeado para aquella localidade pela Junta, tambem não poude entrar logo em exercicio, por não lhe terem querido entregar a delegacia. (BORMANN, 1901, p.47)

Neste trecho, podemos ver a resistência de sujeitos, como Firmino Teixeira Baptista, em aceitar as ordens da junta governativa que se instalou no estado após a derrubada do Presidente do Estado Generoso Marques. Foi necessária a intervenção da força militar estacionada no Xapecó para resolução do impasse e a aceitação do grupo deposto em dar posse aos novos indicados pelo grupo de Vicente Machado.

Antônio Ferreira Ribas, que foi um dos nomeados pela junta governativa, é um daqueles que se encaixam na divisão que tomou a maior parte da elite política de Palmas após a revolução. Sua família tinha membros no partido Conservador e se aproxima do grupo de Vicente Machado, republicano histórico, pois ainda durante o Império aderiu à causa republicana.

O que foi possível notar com esse trecho, é que não foi um processo pacífico de troca, mas de contestação do poder que assumia na capital por meio da junta governativa. Um grupo sai do exercício dos cargos de controle do poder local de Palmas e assume outro. Neste sentido, esses primeiros momentos da República são de contestação do governo vigente, seja qual foi o grupo que comandou o Estado durante esse período, como neste trecho, quando da vitória de Generoso Marques para a Presidência do Paraná:

Não devemos esquecer que a eleição para Deputados ao congresso que elegeu depois o honrado cidadão dr. Generoso Marques para o cargo de presidente do Estado do Paraná e para vice-presidentes os distintos cidadãos desembargador Silveira da Motta e Manoel Corria de Freitas, teve lugar nos dias em que dirigia os negocios publicas o general Aguiar Lima que ao cargo de governador, reunia o de commandante das armas. Não ha lembrança de, em tempo nenhum, se ter falseado tanto o processo eleitoral como n'essa eleição e, assim; nenhuma assembléa representou com tão pouca verdade o voto livre e expontaneo dos cidadãos comó aquella corporação; por consequência, a eleição do

illustre dr. Generoso Marques não tinha o prestígio moral que deve cercar os actos em que não se violam a lei, o direito e a justiça, pelo menos tão ostensiva e descommunalmente. (BORMANN, 1901, p.31)

Nesse ambiente conturbado e de contestações de lado a lado sobre a legitimidade do grupo no poder, é que a Revolução Federalista se propaga no Rio Grande do Sul, também contestando a legitimidade de Julio de Castilhos como governador do estado, assim como outros motivos já expostos anteriormente.

Os federalistas conseguem conquistar o governo do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina também, em um momento em que a situação para o governo legalista do Marechal Floriano Peixoto fica crítica. A esta altura dos acontecimentos e com a incursão das tropas federalistas em Santa Catarina, fica eminente o envolvimento do Paraná neste conflito. Em 1894 Paranaguá cai nas mãos federalistas e em pouco tempo também a capital Curitiba sucumbe às forças revoltosas.

Os antigos membros do Liberal de Palmas, e aliados ao grupo de Generoso Marques, apoiam os federalistas. Entre os motivos, está a disputa política local com a Proclamação da República, em que a interferência do governo do Estado na organização local é grande, e privilegia o grupo que o apoia como vimos anteriormente. A histórica conexão de relações instituídas em uma região com grande contato com a província vizinha, estabelecida por meio do comércio de tropas. A possibilidade de voltar ao poder local o grupo que foi aliado dele pela junta governativa dos Republicanos liderada por Vicente Machado.

Os líderes federalistas locais foram os seguintes:

Dr. M. Doria, general Gumercindo-Curitiba-Nobres almas, saudamos-vos. Nossos corações enchem-se de jubilo perante as acções heroicas que despertam mais justo entusiasmo que vos contemplam como genios e luzeiros das idéas patrioticas e humanitarias! Nós viveremos comvosco, estaremos comvosco e morreremos comvosco. Salve ! Salve ! Tres vezes salve ! Menezes Doria, Gumercindo! P. Saporiti, Tacito Corrêa, Fortunato Lima, Soares, Amaral Cruz, Augusto Guimarães, Theodoro Ferreira, Vivida, Libino, Francisco José dos Santos, João Antonio, Olympio Lima, Brasileiro, Oliverio Pacheco, José Antonio, Alexandre Vieira, Hyppolito Lima, Deolindo Vieira, Messias Marques, Gica, Domingos Ferreira , Victorino Rosa, Salomão Martins, Faria Carneiro, Alexandre Vieira Nhonho, Severiano Mariano, Ernesto Krause, Domingos Ribas, Pedro de Araujo, Zeferino Almeida, Camargo Dinarte, Jeronymo Arruda, Arlindo da Silveira, S. Miranda (BORMANN, 1901, p.70).

Vários nomes importantes aparecem entre os que congratulam o governo federalista do estado do Paraná e o chefe revolucionário Gumercindo Saraiva. Entre eles estão Pedro Araújo, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, políticos importantes da região de Palmas naquele momento.

Porém, existiam ainda importantes chefes locais aliados ao poder legal e ao líder político Vicente Machado. O modo como um deles, no controle de força policial, investiu sobre os federalistas, gerou grande perturbação da ordem na vila de Palmas, conforme a seguinte passagem:

Nos últimos disturbios da primeira quinzena de Novembro, o comandante do Destacamento de Palmas recebeu ordem de agir com energia para pôr termo áquelle estado de cousas. [...] A questão que motivou o conflicto foi a prisão de um moço de nome Abraham. Os irmãos reuniram gente, foram á cadeia, guardada por praças do destacamento daquele Tenente, e puzeram-no em liberdade. Ora, se o Commissario de Policia fôra injusto, os irmãos do preso tinham autoridades a quem recorrer para repararem a injustiça, e não o tendo feito, eram criminosos por causa do meio violento de que usaram. E' escusado dizer que Abraham e os irmãos eram federalistas e, portanto, se escolheram aquelle meio foi para atirarem um desafio ás autoridades republicanas que portaram-se com uma fraquesa condemnavel (BORMANN, 1901, p. 167-168).

O uso da força para conter as manifestações em favor dos federalistas no local, como vimos nesta passagem, foram empregados por João Caetano da Silva de modo a gerar várias contestações, como nesse caso. Os ânimos de rivalidade entre os bancos legalistas (Pica-Paus) e federalistas (Maragatos), foram levados até as últimas consequências.

A região dos campos de Palmas também foi palco de batalhas e mortes durante a revolução federalista, como o confisco de criações de animais para abastecimento das tropas¹¹. A guerra da degola, outro nome com o qual ficou conhecida a Revolução Federalista, fez jus à alcunha também nos campos de Palmas, conforme o seguinte trecho:

-Nesse mesmo mes e ano chegam aos mesmos campos numerosas forças Legalistas sob o comando do General José Gomes Pinheiro Machado.
 -Fere-se a 3 de Maio de 1894, no lugar denominado "Cédro", da Fazenda Lagoa, à margem direita do rio Chopim, no município de Palmas, um combate entre piquetes de avançada sob o comando do Major Francelino Cordeiro e Capitão Gregori dos Santos, das forças do General Pinheiro Machado, e federalista, do comando do Major Sanchez, das forças do General José Serafim de Castilho, conhecido por Juca Tigre, recuando Sanchez para Guarapuava, de onde tinha vindo.
 -Nas imediações do rio Chopim, nesse mesmo dia, são imolados pelas força legalistas o Coronel João Ferreira dos Santos, e seu companheiro Domingos Candido, este operario e aquele abastado fazendeiro, residente na Fazenda da Lagoa. Ambos pertenciam ao partido federalista.
 -Piquetes legalistas lançam fogo na casa de moradia do fazendeiro Coronel João Carneiro Marcondes, no lugar chamado São João do Dezerto, a margem direita rio Chapecó.
 -Nos campos de Palmas (proximidades da cidade) é preso e conduzido ao Jangada o fazendeiro Hildebrando Batista, que foi morto no dia 18 de Abril de 1894 por um piquete federalista, das forças de Gumercindo Saraiva.
 -É morto nas proximidades de Palmas, pelo Capitão Domingos, das forças legalistas, o negociante Eduardo De Witt, federalista, que residia em Clevelândia.
 -Com a passagem das forças, quer das federalistas, quer das legalistas, sofreram muito os fazendeiros de Palmas Clevelandia, que constantemente assistiam o arrebanhamento de suas criações. (SILVA, 1976, p.84)

Neste breve resumo dos acontecimentos históricos de Palmas, realizado por José Julio Cleto da Silva, que foi prefeito de Clevelândia, nos traz a informação dos embates violentos e crimes

¹¹ Ocorreu entre setembro de 1893 e março de 1894. Teve início no Rio de Janeiro e avançou para o sul do Brasil, onde a Revolução Federalista acontecia simultaneamente. No sul foi uma disputa entre as próprias elites, em que um lado pretendia depor o presidente Marechal Floriano Peixoto e eram favoráveis ao Marechal Deodoro da Fonseca, enquanto o outro lado defendia Floriano Peixoto e não apoiava Deodoro da Fonseca. A rivalidade entre os marechais ficou evidente, passando a haver divergência de opiniões entre a Marinha e o Exército, entre os governos e as bancadas estaduais, entre outros grupos que deveriam sustentar o regime. Informações disponíveis em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/revolta-da-armada>>

cometidos durante esse período por ambos os lados durante a revolução federalista. Vale ressaltar o assassinato de João Ferreira dos Santos, degolado por forças legalistas na região, a destruição da casa de João Carneiro Marcondes e a morte de Hildebrando Batista por soldados federalistas.

Esses acontecimentos nos mostram como esse processo conflituoso iniciado no Rio Grande do Sul, que engoliu também o estado do Paraná nos primeiros anos da República, é mais um dos episódios que verificamos neste trabalho de tingimento dos campos de vermelho, do uso da violência como arma na disputa política pelos membros das elites locais em sua encarniçada disputa pelo poder local.

Aqui nós temos o processo de ingresso e estabelecimento da elite local a um sistema coronelista que estabelece no Paraná com a Proclamação da República, e um dos aspectos mais importantes deste sistema é o direito à terra e sua posse. Na próxima seção esse assunto será incluído nas discussões deste trabalho.

3.4 CORONELISMO E APROPRIAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS A PARTIR DE 1889

A historiografia clássica sobre o coronelismo define esse fenômeno como um sistema político, o qual envolve uma complexa rede de relações entre todos os níveis de atuação política, não se resume ao mandonismo local, este pode ser apenas uma das suas características. (LEAL, 2012). Neste sentido, é possível apontar as ações exercidas por chefes locais de controlar a população pertencente ao seu espaço de atuação, como sendo resultado do monopólio sobre os recursos econômicos, sociais e políticos. Esse contexto se altera aos poucos e acaba sendo lhe atribuído características clientelistas e semi-contratuais. (LEAL, 2012).

O coronelismo surge portanto, com a centralização de um fato político, a constituição dos governos estaduais como os responsáveis pela decisão política, e com uma situação que se intensificou, a decadência socioeconômica dos senhores rurais (LEAL, 2012).

Entre 1889 e 1930 ocorreram as tentativas do Estado, de cultivar um sistema nacional de poder, beneficiando os donos de terra que ainda tinham sua força econômica e o controle social sobre a população rural. O interesse em aliar-se com os donos de terra era para evitar possíveis riscos à estabilidade do regime, tendo em vista o status social e o amplo poder local que esses sujeitos possuíam (LEAL, 2012).

Durante o período imperial, todas as terras eram de propriedade da coroa portuguesa, era permitido explorar, mas não havia sujeitos proprietários, tal situação era regulamentada pelo sistema de Sesmarias, em que a coroa apenas concedia a terra para uso, mas não lhe concedia a posse. Após o processo de Independência do Brasil, apesar de ainda ser ilegal a posse de terras, as autoridades

não se preocupavam em evitá-la (SILVA, 2008).

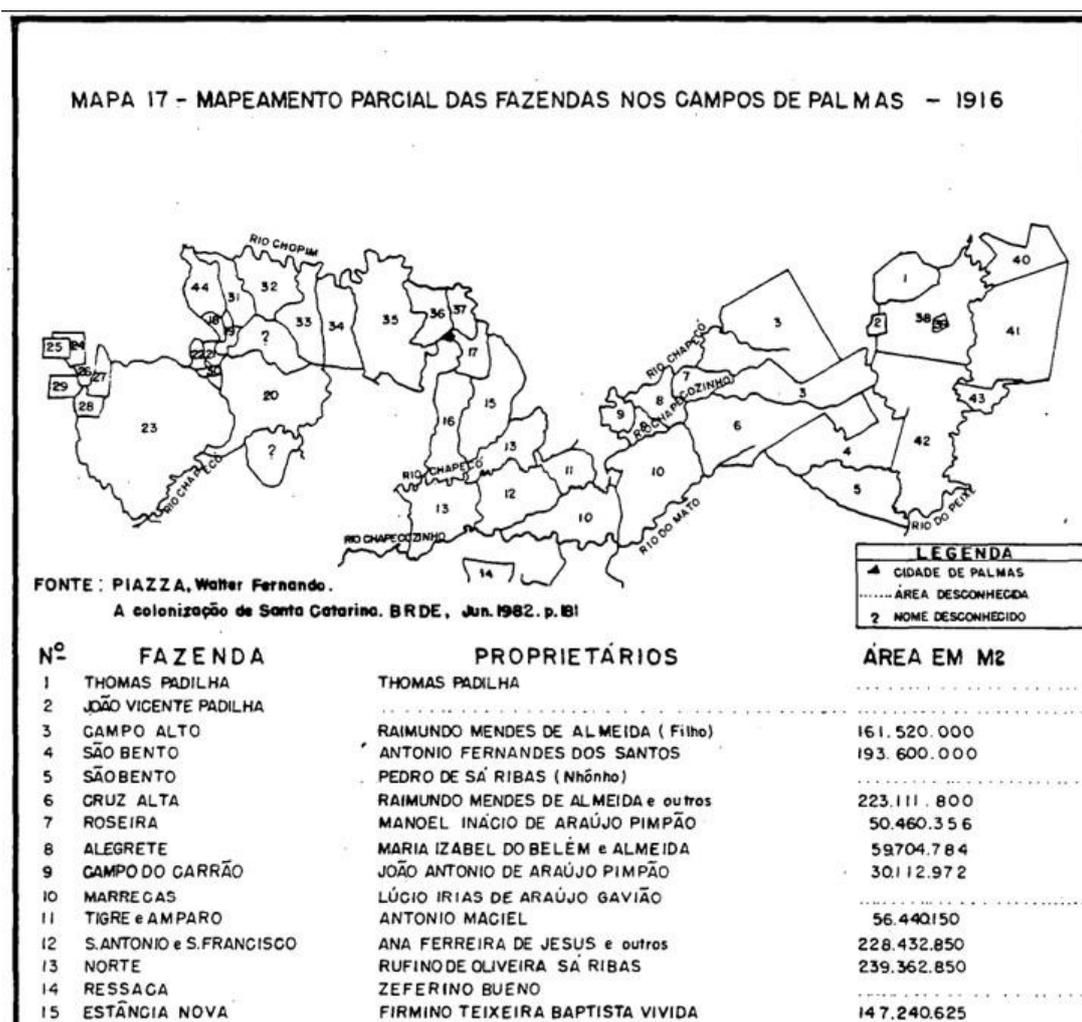
Neste contexto, entre 1822 e 1850, o apossamento passou a ser um modo de aquisição e domínio sobre as terras, sendo esse período reconhecido como “fase áurea do posseiro” (SILVA, 2008, p. 90). Desta forma, houve um processo de grilagem e apropriação de terras na Primeira República, sendo que no caso dos Campos de Palmas, não foi resultado da concessão de sesmarias, a qual já estava extinta, mas sim, por meio da posse de terras.

Após a suspensão do sistema de sesmarias as terras passaram a ser adquiridas através das posses ou ocupação, originando, também, latifúndios iguais e até maiores que os formados pelo sistema de sesmarias. (MENDES, 1989, p.147-148).

As iniciativas progressistas para instituir reformas na questão de terras, teve forte influência das forças políticas federalistas em conjunto com a fragilidade da aliança republicana. Identifica-se, portanto, que a Lei de Terras elaborada pelos governos republicanos estaduais contribuiu para que sujeitos com status social e alinhados ao poder regional fossem beneficiados.

Em nível local, considerando a região histórica de Palmas/Contestado, podemos identificar através da lista a seguir, como determinados sujeitos possuíam uma ampla área de terras, sujeitos estes, beneficiados pela Lei de Terras.

Figura 1. Mapeamento parcial das fazendas nos campos de Palmas parte I - 1916



Fonte: MENDES (1989 p. 161).

Figura 2. Mapeamento parcial das fazendas nos campos de Palmas parte II - 1916

16	QUIGUAY	FRANCISCO DE OLIVEIRA SÁ RIBAS	11 8.413.287*
17	GALDEIRAS	LUIZ LUSTOSA DE SOUZA MENEZES	48.437.200*
18	TRÊS CAPÕES	ESTEVÃO RIBEIRO DO NASCIMENTO	18.196.464
19	CONCEIÇÃO	GERTRUDES DA SILVA RIBAS	12.379.164
20	SANTA TECLA	FIRMINO MARTINS DOS SANTOS	11 3.488.946
21	RONDINHA	ANTONIO DE FARIA	11.253.552
22	RONDINHA	JOÃO VAZ DE OLIVEIRA
23	SÃO DOMINGOS	TEN. COR. JOÃO CARNEIRO MARCONDES	550.759.699
24	SAUDADES	ELIAS FERREIRA PACHECO	22.000.000
25	FELICIANO	ANTONIO FERREIRA PINTO	22.017.400
26	SAUDADINHA	PEDRO FERREIRA BELLO	16.238.827
27	BOA VISTA	LUIZ LUSTOZA DE SOUZA MENEZES	24.415.050
28	SÃO MIGUEL	FRANCISCO DE ASSIS DE ARAÚJO PIMPÃO	22.087.195
29	GALVÃO	SANSÃO ANTONIO CARNEIRO e outros	22.033.765
30	JOÃO LAURINDO	JOÃO LAURINDO
31	TUNAS	ESTEVÃO RIBEIRO DO NASCIMENTO
32	TRINDADE	MARIA DO PILAR
33	SANTA CRUZ	JOAQUIM MENDES PACHECO	91.960.000+
34	CHOPIM	GERTRUDES MARIA DE SIQUEIRA
35	CRUZEIRO	ANTONIO JOAQUIM DO AMARAL CRUZ e outros
36	SANTA'ANA	PAULO DE ARAÚJO
37	SALTO	MARGARIDA DE JESUS
38	RIO PRETO	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL
39	PROCÓPIO L. DA COSTA	PROCÓPIO LUIZ DA COSTA
40	RIO GAÇADOR	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL
41	RIO DAS ANTAS	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL
42	XV DE NOVEMBRO	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL
43	RIO DAS PEDRAS	CIA. SÃO PAULO - RIO GRANDE DO SUL
44	INV. DO MORAIS

Fonte: MENDES (1989 p. 161).

As figuras 1 e 2 correspondem a um mapeamento parcial que permite compreender algumas características da estrutura fundiária dos Campos de Palmas, no século XIX e início do século XX. Trata-se de algumas fazendas que foram mapeadas pela Comissão Demarcadora em 1916, já no final da disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina (MENDES, 1989).

Haviam alguns aspectos em comum nestas fazendas, como a propriedade de escravos, criação de animais (bovinos, equinos e muare), bens mobiliários, pratarias, entre outras.

(...) verifica-se mais uma vez, que a "nova sociedade" que se instalou nos Campos de Palmas, na segunda metade do século XIX, seguiu os mesmos moldes econômicos da sociedade dos Campos Gerais e de Guarapuava, estruturando as atividades econômicas do criatório, no latifúndio, no trabalho escravo do negro e no sistema familiar patriarcalista (MENDES, 1989, p.175).

Identifica-se que as fazendas foram demarcadas considerando um sistema de latifúndio, tendo em vista que era um modelo em que apenas um sujeito possuía uma grande propriedade de terras. As demarcações foram feitas na região do Rio de Peixe passando pelos Rio Chapecó, Chapecozinho, entre outros, chegando até o Rio Chopim, uma extensa região.

Ao considerar a proporção das terras apresentadas nas figuras, verifica-se a concentração fundiária desse período nas mãos de poucos indivíduos. É possível observar, por exemplo, que atualmente, o município de Pato Branco, no sudoeste do Paraná, possui área territorial de 539,029 km² com uma população total estimada em 83.779 habitantes¹². Observando a figura 2, identifica-

¹² Dados disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/panorama>>

se que a fazenda São Domingos, propriedade de Tenente Coronel João Carneiro Marcondes, possui área de 550,759 km² aproximadamente, sendo pouco maior que a área atual de Pato Branco. Esse exemplo contribui para compreensão de quão extensa poderiam ser essas fazendas, fruto do apossamento das terras com a expulsão de indígenas de seu território tradicional.

Esse processo de ocupação de terras foi realizado em uma região de disputas entre estados nacionais, Brasil e Argentina, que não tinham as fronteiras acordadas e delimitadas com precisão nesta região. Essa indefinição de a quem pertenciam essas terras é um importante fator para compreender esse processo histórico local. Neste sentido, na próxima seção, será abordada a Questão de Palmas, que refere-se à disputa territorial entre os governos da Argentina e do Brasil por territórios correspondentes, atualmente, à região oeste do estado de Santa Catarina e sudoeste do estado do Paraná.

3.5 CONTESTAÇÕES COM A ARGENTINA OU QUESTÃO DE PALMAS/*MISIONES*

Em 1890 a Argentina reivindicava a região oeste do estado de Santa Catarina e sudoeste do estado do Paraná. Tinha como interesse estabelecer as fronteiras pelos rios Chapecó e Chopim. Neste sentido, nesta seção será analisada a chamada Questão de Palmas ou *Misiones*, mais precisamente, quais foram seus aspectos e quais implicações surgiram a partir da iminência desse conflito internacional na disputa com a Argentina.

Considerando o Tratado de Madrid (1750), os limites foram definidos com base nos rios e montes mais notáveis e conhecidos (PEREIRA, 1945, p.187).

(...) Pelo exposto se vê que o Brasil independente herdou de Portugal todas as suas questões de limites; com a agravante de que Portugal teve de tratar apenas com a Espanha e a França, ao passo que agora era necessário entabolar negociações com a França, a Holanda e a Inglaterra, e com todas as nações sul-americanas, exceto o Chile, muitas das quais pretendiam confinar simultaneamente com o novo Império, nas mesmas regiões (PEREIRA, 1945, p.189).

É possível afirmar, que tanto o Brasil quanto a Argentina, herdaram a indefinição de seus limites, resultado deixado por Portugal e Espanha. Após suas emancipações políticas, ambos os países passaram a ter divergências sobre a delimitação de alguns territórios, bem como, de seus limites. Neste contexto, engloba-se a região de Palmas ou *Misiones*, na qual ocorreu a disputa por territórios e suas delimitações, ocasionando a construção de um limite político internacional entre Brasil e Argentina (PEREIRA, 1945).

Conforme mencionado anteriormente, entre 1822 e 1850, as demarcações das terras foram definidas com base no direito de posse, ou seja, quem ocupa determinado espaço de terras primeiro, era então, o seu proprietário. Considerando que, no que diz respeito ao território do sudoeste do

Paraná e Oeste de Santa Catarina:

Por volta de 1830, começou a ocupação da região por brasileiros criadores de gado. Pouco mais tarde fundou-se a província de Palmas e logo depois a de Boa Vista ou Palmas do Sul (atual Clevelândia) (HEINSFELD, 2007, p.78).

Durante esse processo de apossamento dos campos de Palmas:

A questão de limites ficou *esquecida* até 1876, quando após a Guerra da Tríplice Aliança, negociaram-se as fronteiras entre Argentina e Paraguai. Naquela negociação, o Brasil impediu que a Argentina anexasse a seu território, em prejuízo do Paraguai, todo o Chaco Boreal. Na época, tentou-se sem sucesso, retomar a negociação para estabelecimento definitivo das fronteiras entre Brasil e Argentina (HEINSFELD, 2007, p. 86).

O território de *Misiones*, garante ao Brasil uma área de segurança e de defesa fundamental para manter a comunicação entre o Rio Grande do Sul e as outras regiões. Para manter essa garantia, é que ocorreu a ocupação dos campos de Palmas e Campo Erê no decorrer de 1836 a 1840. Sendo que por volta de 1850 já haviam inúmeras cabeças de gado (cerca de trinta mil) e estradas ligando Curitiba a Porto União.

Em 1860, uma comissão brasileira chefiada pelo tenente-coronel José Maria Pereira de Campos fez o reconhecimento da região, identificando e reconhecendo todos os afluentes do rio Uruguai. Posteriormente, ao confrontar as posições geográficas desses rios com as anotadas pelos demarcadores do Tratado de Madrid, em 1759, verificou-se que as divergências eram insignificantes (HEINSFELD, 2007, p.85).

É possível mencionar, por exemplo, que os habitantes do Campo Erê, que por obrigação da Lei de Terras de 1850, registraram suas propriedades na comarca de Palmas. Tal ação não foi contestada pela Argentina até 1881.

À vista das pretensões argentinas manifestadas em 1881, o Governo brasileiro receando que os limites assim especificados pudessem dar lugar à intromissão das autoridades argentinas no território que o Brasil ocupava a leste do Pepiriguaçu e do Santo-Antônio, resolveu ressaltar os seus direitos e propor a abertura de novas negociações, para cujo fim deu instruções ao seu ministro em Buenos-Aires. Iniciaram-se assim novas negociações que se prolongaram por vários anos e mais acentuaram as divergências entre os dois Governos. Na discussão que se travou figuram um longo memorandum argentino e um contra-memorandum brasileiro, em que as pretensões dos dois Governos são claramente definidas e se mostram irreconciliáveis (PEREIRA, 1945, p.192).

No que se refere às delimitações estabelecidas, mas ainda não oficializadas, a Argentina utilizou os tratados do período colonial, principalmente o Tratado de Madrid (1750) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777), para pensar na delimitação das fronteiras nacionais. Identifica-se que a Argentina possuía a interpretação de que a delimitação das fronteiras deveriam ser feitas considerando o caminho em que passavam alguns rios. Já o Brasil, possuía uma visão diferente, em que considerada o sistema *uti possidetis*, ou seja, o direito de posse a quem já ocupava aquele

território. No decorrer dos anos, diversos tratados foram negociados a fim de oficializar a demarcação de fronteiras, porém, sem sucesso por conta das divergências entre os dois países. O conflito ocorreu por não ter se estabelecido visualmente um local de demarcação que fosse aceito por ambos os lados, vale ressaltar que os habitantes eram em sua maioria, indígenas. (HEINSFELD, 2007).

Por fim, com a mediação dos Estados Unidos é concedido ganho de causa ao Brasil e assinado o Tratado de Montevideu (1890), em que as fronteiras entre Brasil e Argentina passam oficialmente a ter uma definição, sendo as mesmas que existem atualmente. Porém, os problemas com delimitação de fronteira estavam longe de terminar. Assegurada a posse da região para o Estado nacional brasileiro, faltava delimitar as fronteiras entre os estados do Paraná e Santa Catarina, que apresentavam seus argumentos às instâncias jurídicas nacionais a respeito da legitimidade de suas reivindicações territoriais. Nessa região contestada, onde se discutiu a quem pertenciam essas terras habitadas por várias etnias com estratos sociais diferentes, foi palco de uma das maiores revoltas da história do país, que será explorada no próximo capítulo.

4 CONTESTAÇÕES INTERNAS: PARANÁ X SANTA CATARINA NO LIMIAR DA GUERRA DO CONTESTADO

Na composição deste capítulo e suas seções, será realizada uma análise do desenvolvimento do coronelismo na fronteira entre PR/SC, suas implicações, disputas e relações que estabelecem as elites entre si e entre os demais atores sociais locais durante este processo.

Durante o período imperial, a luta por acesso à terra foi marcada por inúmeros conflitos, os quais se intensificaram com o advento da República. Na região de PR/SC havia duas formas de aquisição de terra, sendo “[...] uma pelo título de compra e outra pelo título de posse” (DAROSSO, 2019, p. 158).

Durante o século XIX o cargo de juiz municipal suplente foi ocupado em Lages por grandes fazendeiros, criadores e negociantes de gado envolvidos na política local. A posição privilegiada pelo aparelhamento do Estado ofereceu ampla margem de manobra para que estes homens administrassem e favorecessem seus interesses particulares, individuais e coletivos, sobre questões de terras na jurisdição local, especialmente contra populações pobres, negros e indígenas, a partir de despejos forçados, conflitos judiciais, fraudes, grilagem, etc. (DAROSSO, 2019, p. 160).

A atuação de fazendeiros locais, caracterizada pelo mandonismo, contribuiu para que estes fossem privilegiados na questão de terras.

Em 1880, chegava a União da Vitória, provindo de Palmas, o coronel Amazonas de Araújo Marcondes, tornando-se proprietário da fazenda “Passo do Iguassu”, localizada à margem direita desse rio – grande parte dessa fazenda foi dividida em lotes para colônias imigrantes com o decorrer do tempo. O coronel buscava ampliar o comércio com Palmas, vendendo sal e outros artigos a fazendeiros do município [...] O coronel passou a buscar legitimar suas posses na região e aumentar seu número de terras – a fazenda Passo do Iguassu foi legitimada em 1893, em meio à Revolução Federalista (BARBOZA, 2017, p. 26-27).

Entende-se que estes fazendeiros, constituíram a posse legalizada de suas propriedades, por meio da usuração de terras devolutas e de pequenos posseiros, os quais lutaram pelo direito à terra e resistiram a esse modelo de política local enquanto foi possível.

As disputas por terras na região, levaram ao conflito na fronteira dos estados do Paraná e Santa Catarina. Essa região era rica em erva-mate e ali seria construída a estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. As empresas responsáveis pela construção da estrada, incentivaram muitos sujeitos a migrarem para a região a fim de trabalhar na grande obra para construção da ferrovia.

Entretanto, após a inauguração da ferrovia, ocorreu uma crise social, porque os trabalhadores ficaram desempregados e desamparados. Neste contexto é que surgem os monges na região, sendo José Maria um dos mais conhecidos, e passam a formar comunidades com o povo que ali já habitava, influenciando nas reclamações sobre suas condições de vida, passando então, a

liderarem movimentos a favor da luta camponesa, por direito a terra e a condições básicas de subsistência.

Com isso, o governo federal acabou enviando tropas para a região a fim de acabar como tumulto, mas acabou sendo derrotado pelos camponeses em uma luta sangrenta. Como consequência, Paraná e Santa Catarina estabeleceram um acordo para solucionar os conflitos de fronteira. Nas terras contestadas, são criados os municípios de Mafra, Chapecó e Porto União.

É possível afirmar que a Guerra do Contestado envolveu o fanatismo religioso ao conflito por terras e crise social.

4.1 AS DISPUTAS PELO CONTESTADO E SEUS DESDOBRAMENTOS A PARTIR DE PALMAS

Questões de limites interestaduais as políticas de estruturação e construção do coronelismo local durante o final do Império e as primeiras décadas da Primeira República, os fatores imprescindíveis no entendimento dos acontecimentos que levaram a eclosão do maior conflito social brasileiro, a Guerra do Contestado (1912-1916).

Porém, um fator importante para entender esse conflito é entender os homens de posse dos títulos de terras na região contestada e suas preocupações com as indefinições de limites entre Paraná e Santa Catarina. Como esses sujeitos vão se posicionar politicamente no período que antecede o conflito e quais são as suas preocupações com relação às indefinições de limites. Primeiro, é necessário entender que o modelo de governança política no Brasil, durante a primeira República, é a aliança de coronéis locais com o governo do Estado, em um processo em que o estreitamento dessas relações beneficiam o mandonismo local do coronel, assim como garante o apoio político deste sujeito e de seu grupo político para o governador.

Neste sentido, as principais lideranças desta região em disputa, se confrontam pelo poder político local e sua liderança, utilizando-se de relações estabelecidas com o governo do Estado do Paraná, assim como sua rede de relações pessoais, garantidas por meio do estrato social que compõem e dos vínculos familiares históricos que possuem.

Portanto, o fato das terras em que vivem, possuem terras e detêm um controle social, passar para o controle de outra unidade federativa, que as relações são pequenas e perder todo um processo histórico da rede de relações construídas pelas famílias que se estabeleceram em Palmas durante o século XIX, é também uma perda de poder e influência junto às autoridades estaduais.

A questão de limites com Santa Catarina, já aparecem nas preocupações da elite local de

Palmas no século XIX, em razão de problemas com autoridades catarinenses adentrando a região e alegando pertencer ao estado vizinho. Conforme se publicou:

Augustos e Dignissimos Senhores representantes da Nação.-Os abaixo assignados, proprietarios e moradores no districto de Palmas, comarca de Guarapuava, provincia do Paraná, tendo feito chegar, pelos canaes competente á presença da augusta assembléa geral na passada sessão um abaixo assignado, protestando contra o arbitratío proceder da provincia de Santa Catharina, que prelude annexar a si o territorio de Palmas, traçando divisas em summo gráo prejudiciaes e inconvenientes a esta população e a sua provincia, a qual, por antiga posse e outros direitos pertence Inquestionavelmente o terreno requestado; vem de novo supplicar e instar com a augusta camara legislativa que se digne, na presente sessão firmar definitivamente as divisas entre estas duas provincias, para afinal cessarem as eternas reclamações e ambiciosas pretensões de Santa Catharina com não poucos vexames impostos aos habitantes de Palmas que declaram solemnemente não querer passar para o dominio da provincia que ahi nada descobriu, nem povouou, nem edificou e tão pouco póde disputar em direito os justos titulos que a provincia do Paraná exhibe. Os signatarios confiam na alta sabedoria e imparcialidade dos augustos mandatarios da nação que sera marcada a linha divisoria as aprastimento da população e segundo for de justiça. Freguezia de Palmas em 15 de Março de 1876. -O vigario encomendado padre José Bilbao.- Napoleão Marcondes de França, 2º Juiz de paz. Frederico Teixeira Guimarães, 1º juiz de paz.-José Ricardo de Menezes, proprietario. Antonio Joaquim do Amaral Cruz, negociante.-José Ferreira de Moraes, proprietario.-Antonio Ferreira de Araujo (...)
(GOVERNO PROVINCIAL, 1876, p. 1).

Neste trecho acima, assinaram essa manifestação contra as pretensões catarinenses a região, vários proprietários, fazendeiros, pessoas da administração local das diferentes esferas, contra a ideia de passar o controle da região para o estado vizinho. Quando se lê os nomes e verificamos as famílias às quais esses indivíduos pertencem vemos sujeitos com sobrenome Ribas, Araújo, Guimarães entre outros, que mesmo de lados opostos na disputa política, são contra a reintegração do território a outro estado. É importante lembrar que neste primeiro manifesto da elite local contra essa nova divisão dos estados, pretendida por Santa Catarina, a contenta com a Argentina sobre as mesmas terras ainda não havia sido concluída.

Entrando, no século XX, e a questão de limites ainda por resolver, o jornal local *O Palmense*¹³, neste momento ligado ao Partido Republicano Federal, publica colunas defendendo as alegações de legitimidade paranaense sobre a região, como o faz na edição nº57 de 27 de março de 1904, em que publica a notícia que teria sido publicada em um jornal de Florianópolis e rebate a ideia nele aventada, de mover a capital de Santa Catarina para Palmas. O jornal contesta que isso seria mais uma das artimanhas do estado vizinho para convencer a população local da ideia de deixar a pertencer ao estado do Paraná, e que não é possível confiar nas pretensões de seus vizinhos.

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal, em atender as alegações catarinense e dar ganho de causa a Santa Catarina na disputa com o Paraná, a elite local de Palmas se organiza afim de manifestar seu repúdio e estabelecer diretrizes de resistência ao que foi decidido pelo tribunal.

¹³ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/889440/15>> Acesso em 08 de dez 2022.

Conforme se lê na seguinte notícia:

PALMAS, 10.

A população palmense continúa a manifestar-se completamente hostil á decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, julgando procedente a acção proposta por Santa Catharina. Os fazendeiros alarmados e descontentes protestam contra a sentença do Tribunal e juram não sujeitar-se em tempo algum ao governo de Santa Catharina.-José Cezar de Almeida, juiz de direito (PALMAS, 1904, p.2).

A notícia, enviada para o jornal *A República* pelo juiz de direito da comarca de Palmas, informa o descontentamento com a decisão favorável aos catarinenses produzida em Palmas. É curioso aqui notar que ele não informa apenas que a população ficou descontente com o que se produziu no tribunal, mas ele enfatiza que a repulsa pelo que ficou decidido parte principalmente dos fazendeiros, que ficam alarmados com o fato.

É possível interpretar tal fato como um aviso direto ao governo do estado, que os fazendeiros ali estabelecidos, que têm importância política na sustentação do governo, e importância econômica. A ideia de demonstrar geral descontentamento entre os fazendeiros, é informar aos aliados desses espalhados pelo estado, que se recusam a romper essas relações e fazer com que se pressione as autoridades e aliados a utilizar os meios disponíveis para não aceitar a decisão proferida.

Esse clima de descontentamento e de hostilidade para com os catarinenses e com as decisões proferidas na esfera jurídica a favor do estado vizinho, contribuem para a exaltação de ânimos e de conflitos nesta região de fronteira. Aqui, o interesse da elite de Palmas, é pela preservação das relações estabelecidas no seu estado e as benesses advindas delas, ceder, portanto, a decisão favorável aos catarinenses é sobretudo uma perda de poder e laços que lhes favorecem. Na próxima seção será aprofundado melhor o conflito que naquele momento se avizinhava, dada às diversas condicionantes envolvidas sobre as incertezas e descontentamentos no contestado.

4.2 A IMINÊNCIA DE MAIS CAMPOS TINGIDOS DE VERMELHO

O contexto político entre as elites locais, governos de estado e poder judiciário, sobre a posse das terras da região contestada de Palmas, já aflorava os ânimos dos indivíduos que detinham o controle político e econômico da região. Porém, nesse território, viviam uma quantidade considerável de sujeitos. Indígenas, caboclos, fugitivos da justiça, lavradores, trabalhadores desempregados da ferrovia, ou seja, pessoas que não faziam parte do desenvolvimento do projeto republicano do estado nacional brasileiro. Isto é, os indesejáveis para o estado (MACHADO,

2001).

Além de toda essa questão de fronteiras e disputas pela soberania do território, essa população de indesejáveis para o projeto político do estado nacional brasileiro, viviam e subsistam, abaixo das leis dos coronéis locais e seus projetos políticos e interesses econômicos. Além dessa preocupação, em que os coronéis detinham e mantinham sob seu controle uma grande quantidade de terras, como já vimos, esses caboclos assistiam ainda a companhia de ferro Brazil Railway Company, se expandir e explorar essas terras fornecidas pelo governo federal, como pagamento pela construção da ligação férrea São Paulo-Rio Grande (MACHADO, 2001).

Nesse ambiente, de afloração de ânimos dos coronéis, receosos de perder uma parte de seus privilégios, enquanto poder político, econômico e territorial, sobre a região, os desvalidos eram encurralados em seus pedaços de terras, que eram utilizados para subsistir, de um lado por uma gigante companhia estrangeira, e de outro pelas terras dos coronéis locais.

Está preparado aqui os barris de pólvora para sublevação desses sujeitos, ou contra as injustiças e condições materiais para sobreviver, ou contra as decisões judiciais que podiam atrapalhar o poder estabelecido dos coronéis e suas redes de relações com a política do estado do Paraná, a qual eles sempre integraram e interagiram.

Portanto, a postergação da resolução das fronteiras, internacionais e nacionais da região, assim como o complicado processo para as populações menos favorecidas da região, terem acesso às instâncias do estado para legitimação de suas posses, se soma a uma religiosidade popular que se estabelece nessa população desvalida, como meio de integração social, resistência e sentimento de pertencimento a um grupo, unidos pela condição de exploração em que se encontram e que vislumbram, na organização de luta pelos seus direitos, como única forma de sobreviverem com um mínimo de dignidade em este ambiente que agora se torna hostil para com sua presença (MACHADO, 2001).

As distintas fagulhas acesas cujo o fim é um grande barril de pólvora que eclode e causa um número grande de mortes, marcando para sempre a história do país e a região contestada, estavam acendidas a muito tempo no percorrer do seu caminho para a explosão. Porém, as atividades das empresas de Percival Farquhar na região contestada, seja com sua companhia madeireira, ferroviária ou de colonização, das terras às margens do caminho de ferro, aceleram o processo de eclosão (MACHADO, 2001).

A condição social, ligada a um sujeito que auxilia os sertanejos, em suas enfermidades e aflições, neste caso o Monge José Maria, faz o mesmo a ser a voz dessa população desamparada e oprimida em seus direitos. O Monge se torna o guia e a voz para a tomada de decisão dos sertanejos, com relação às ações que deveriam ser tomadas (MACHADO, 2001). O início do processo de desapropriação desses sujeitos de suas terras, as demissões de trabalhadores da ferrovia que vieram para região para trabalhar, gera um grande tensionamento na situação em que se

encontra esse grande contingente de pessoas (MACHADO, 2001).

Neste momento, antes de ocorrer o primeiro conflito no Irani em 1912, as peças já estão posicionadas, aguardando apenas a fagulha se encontrar com a pólvora e ocasionar a eclosão da revolta. Um líder para falar por um grande contingente de sujeitos que se sentem injustiçados pelas ações do estado e dos coronéis locais. A religiosidade como união desses indivíduos paracrença em sua causa. As condições de exploração dos coronéis locais as quais são submetidas essa população. A preferência do estado nacional pelo lucro de um magnata estrangeiro a ofertade subsistência a seus nacionais. Um conflito de terras entre dois estados da federação em umaregião de muitos donos e nenhuma definição.

Todo esse contexto, faz com que os conflitos na região caminhem para o inevitável derramamento de sangue, forçando a todos os atores envolvidos a decidirem as ações que serão tomadas, privilegiando os seus interesses e de seus grupos, para manter privilégios ou sobreviverem a depender da condição que ele se encontrava naquele momento. Na próxima seção, será abordado os fatos que se desenrolaram para que ocorressem os primeiros combates entre os revoltosos e as forças policiais do estado do Paraná.

4.3 O COMBATE DO IRANI NAS FRONTEIRAS COM O RIO DE PEIXE

Os campos de Palmas, ao longo de todo o período pesquisado, teve seus campos regados com sangue de sujeitos das mais diversas origens e estratos sociais, porém sempre com uma preferência no seu derramamento, pelo sangue daqueles que são explorados e oprimidos pelo lugar que ocupam na hierarquia social, e pelas condições que possuem dentro dessa hierarquia. Mais uma vez, o solo de Palmas, região contestada, se tingiu de vermelho com o sangue de sujeitos alijados do processo de organização do estado e dos meios necessários para sua sobrevivência.

Os posseiros pobres, desconsiderados como trabalhadores, caboclos, entre outros sujeitos que foram impactados com a decisão de concessão de terras pelo governo federal e estado do Paraná, para que as empresas de Percival Farquhar explorassem suas riquezas sem se importar com a população que ali se encontrava, quando ocorre os fatos de 1912, já se encontravam sob a liderança do Monge José Maria, organizados em noção de comunidade em que compartilhavam suas angústias, comungavam de uma visão religiosa e política de situação em comum.

A organização desse grupo liderada pelo monge, já era de conhecimento das autoridades de Paranaenses e Catarinenses, quando o monge, acompanhado de seguidores, estava em Curitiba, onde atendia doentes e desvalidos e participava de festejos religiosos. As notícias que foram enviadas às autoridades do governo do estado de Santa Catarina pelas autoridades de Curitiba, eram de que a instabilidade poderia reinar na região, devido à presença deste grupo que seguia o

monge, em que pregavam ideias próximos aos monarquistas, refratário a República, que tão pouco trouxe a essa gente desde sua proclamação, poderia se sublevar contra o governo.

Previendo confronto com autoridades catarinenses, o monge se dirige ao interior do estado e tropas são enviadas para guarnecer a região e sufocar o movimento. Neste tempo, o monge com seus seguidores resolveu se dirigir para Irani, região sobre administração paranaense e de Palmas. Com esse contingente de pessoas, vindos de território catarinense para a região de Palmas, as autoridades locais, insufladas e hostis as decisões da suprema corte, dando ganho de causa a Santa Catarina na disputa da região, viu o movimento de pessoas como estratégia do estado vizinho para ocupar esse território e então resolveu enviar um destacamento policial para confrontar o grupo do monge João Maria.

Neste momento, em 1912, encontram-se os seguidores do monge João Maria e as forças policiais do estado do Paraná, liderados por João Gualberto. Ali tombam as primeiras vítimas de um dos mais infames conflitos travados pelo estado nacional brasileiro contra seus nacionais. No conflito morreu o Monge, João Gualberto e vários outros sujeitos de ambos os lados do conflito.

O deslocamento de posseiros sem posse, pela região em conflito, liderados por um monge que acreditavam ser um Santo, com as suposições das autoridades paranaenses de estratégia do estado vizinho para se apropriar do território, levaram ao primeiro derramamento de sangue e o início da guerra do contestado. Na seção a seguir, serão abordadas as ações tomadas para o início de fato de um estado de guerra na região e as decisões e papéis desempenhados pelos atores envolvidos diretamente no conflito.

4.4 O INÍCIO DA GUERRA DO CONTESTADO

Após o confronto entre sertanejos e as forças policiais no Irani, a guerra se desenvolveu para um envolvimento maior de forças federais do exército brasileiro, que agora têm seus mártires, os soldados da força de segurança do Paraná tombados na luta contra os fanáticos.

A partir desse momento a narrativa dos jornais oficiais passa a ser o da luta da civilização e da defesa da República, contra a barbárie de fanáticos religiosos e monarquistas. Toda a região é contestada e levada ao conflito e nela se desenrolam uma grande quantidade de assassinatos e crimes. Os mais diferentes atores são envolvidos diretamente na carnificina, como agricultores, pobres, posseiros, peões e tropeiros, os quais lutaram contra os fazendeiros, o governo e a Cia. (MACHADO, 2017)

Com o avanço da guerra, os revoltosos, continuando em sua luta e resistindo com os costumes religiosos e de convivência pregados pelo falecido monge João Maria, as fazendas de vários coronéis da região contestada são assaltadas para recolher animais para alimentar a

população dos redutos religiosos que foram fundados na região. Em razão disso, esses coronéis, criam piquetes para defesa das fazendas e auxílio na luta contra os sertanejos.

Neste momento, a população pobre que se encontra nos redutos santos, sobrevivendo e resistindo aos ataques conjuntos das forças de Santa Catarina, Paraná, exército brasileiro e bandos privados de fazendeiros da região, resistem ao longo de 4 anos de conflito. A luta é completamente desigual, todos os meios disponíveis pelas forças de segurança do país são empreendidos para combater os revoltosos. Metralhadoras, canhões e até avião para reconhecimento local.

Com essa disparidade de forças, mesmo com a heroica resistência sertaneja, o que impera é o massacre dessa população. Alguns episódios ficaram marcados na história do conflito, como a chamada *fase do açougue*, descrita a seguir:

Fase do açougue: As tropas a serviço das forças oficiais passaram a ser majoritariamente de vaqueanos civis, que recebiam diárias dos Coronéis Superintendentes, que as repassavam ao governo Estadual. Foi a fase chamada de “açougue”, onde as forças de vaqueanos civis comandados por Coleti, Nicolau Fernandes, Pedro Ruivo, Maximino de Moraes, Salvador Dente de Ouro e outros, passaram a caçar semtrégua os caboclos que ainda não haviam se apresentado. Centenas foram executados sumariamente, mesmo depois de rendidos e desarmados pelas forças oficiais. O caso extremo foi praticado por Pedro Ruivo (Pedro Leão de Carvalho), que retirou centenas de presos da cadeia de Canoinhas, homens já desarmados e rendidos, sob custódia do Delegado de Polícia, para degolá-los na barranca do rio Iguaçu. Um processo foi aberto contra este vaqueano mas, por três vezes, o júri popular de Canoinhas o absolveu (MACHADO, 2017, p. 18).

No trecho acima, podemos ver a crueldade de alguns fatos perpetrados por sujeitos ligados às forças de supressão da revolta e a conivência das autoridades políticas e judiciais com tais crimes perpetrados. Isso nos mostra o quanto a ideia de desumanização dessa população, sinônimo de atraso ao desenvolvimento e progresso da república, está nestes fatos e nas consequências que o perpetrador deles não teve, por aqueles que o julgaram.

A guerra em 1916 chegou ao fim, com o cerco que se formou a um dos redutos dos sertanejos, que sem recursos para resistir, se entregam e abaixam as armas ante as tropas brasileiras. A derrota dos sertanejos, foi também a vitória de um projeto de exclusão social e do coronelismo como força política da região de Palmas.

Porém, parte desses coronéis e fazendeiros não ficou satisfeito com o acordo estabelecido após o conflito entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. O conflito do contestado termina para a eclosão de outro, muito menor, curto e organizado por uma parte da elite local. Essa questão iremos ver na sequência deste trabalho.

4.5 A RESISTÊNCIA AO ACORDO

Aqui se discutirá os impactos para a elite de Palmas após a firmação do acordo entre Paraná

e Santa Catarina a respeito de suas fronteiras, assim como entender os motivos que levaram alguns sujeitos a se sublevarem contra o acordo estabelecido.

A contestação com relação aos direitos catarinenses sobre a região de Palmas, como vimos, ocorre por parte dos fazendeiros locais, desde o Império. Porém, com o assunto ganhando relevância nacional, e sendo disputado de fato nos tribunais superiores do país, as rivalidades e hostilidades para com o lado adversário se fazem presentes.

A primeira tentativa de resistência ao acordo, ocorreu antes mesmo da definição da guerra do contestado, logo após a sentença do STF em 1904, favorável a Santa Catarina, são externados pelos fazendeiros locais sua insatisfação com relação à decisão judicial. Porém, em 1909, é formada uma junta na cidade de Palmas, com o objetivo de criar um novo estado na região contestada. A notícia seguinte nos fornecem algumas questões quanto às motivações da criação desse novo estado:

QUESTÃO DE LIMITES - INDEPENDENCIA DE PALMAS

Rio, 17-O Paiz em telegramma dahi assegura que o separatismo projectado pela população de Palmas visa repellir a anexação a S. Catharina no caso improvavel do Paraná perder questão de limites. (QUESTÃO, 1909, p.2).

Basicamente, no momento anterior à guerra do contestado, a partir da notícia, verificamos que uma das explicações para a tentativa de criação de um novo estado, é a recusa, de qualquer forma que fosse, de uma grande parte da elite local em passar a integrar o estado vizinho de Santa Catarina. Neste caso, antes um estado próprio que integrado a outro.

Como já dito anteriormente, a ligação da elite de Palmas com o governo de Curitiba e políticos e familiares de várias outras localidades do estado, torna a ligação com o estado do Paraná, difícil de abrir mão, pois as relações já estão construídas historicamente e eles já usufruem daquilo que elas podem oferecer a eles.

A criação de um novo estado, no caso de não conseguir a manutenção da região sob domínio paranaense, possibilita, ao menos o domínio local e as decisões sobre a região, serem tomadas pelos coronéis locais, e até a expandir esse poder enquanto unidade da federação. Além disso, quando naquele momento se informa a autoridades e periódicos da capital federal, a intenção é pressionar as autoridades do estado a realizarem esforços para que isso não ocorra, pois o Paraná, neste caso, corre o risco de perder a região não para os catarinenses, mas para os próprios coronéis locais, que se organizam e se unem, mesmo fazendo parte de grupos distintos, para pressionar o governo do estado (BARBOZA, 2021).

Já no segundo momento de resistência, esse após o acordo firmado entre os governadores de Santa Catarina e Paraná após o fim da guerra do contestado, a adesão não é a mesma, entre os membros da elite de Palmas, figuras importantes como Coronel Domingos Soares, principal

liderança política local, era próximo do governador Affonso Camargo, que assina e o acordo com Santa Catarina, pondo fim às disputas.

Porém alguns sujeitos, sob a liderança de outro coronel local, José Júlio Cleto da Silva, que chegou a ser prefeito de Clevelândia, reúne homens sob suas ordens, para contestar a decisão e proclamar a criação do estado do Iguaçu na região contestada. Ele tem a adesão de outros membros da elite local, mas em pouquíssimo tempo a tentativa de sublevação é reprimida e dispersada pelas forças policiais do estado do Paraná.

Com o acordo de limites, o Paraná consegue preservar uma parte importante da região contestada, a cidade de Palmas e Clevelândia ficam sob jurisdição paranaense, um acordo de certa forma vantajoso para o estado, pois as decisões judiciais concediam a posse de toda a área aos catarinenses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a buscar algumas respostas sobre a elite política dos campos de Palmas e suas estratégias de manutenção, ascensão e reprodução no poder, tendo em vista como esse modo de organização travou as disputas políticas, partindo sempre dos interesses pessoais desses indivíduos, acabou por ascender um dos rastros de pólvora que eclodiu no começo do século XX, na carnificina do contexto.

Foi possível observar que o padrão dos sujeitos que ocuparam os cargos de liderança política local tinham um perfil estabelecido, homens, descendentes dos primeiros fazendeiros que nos campos se estabeleceram em 1839. Esse processo de ocupação, forneceu a esses indivíduos, condições físicas e materiais para alcançar um *status* de predomínio suficiente para disputar os cargos locais e estabelecer relações com outros sujeitos de famílias de mesmo estrato social que os deles, e criando assim grupos políticos locais, que se estendiam também por toda a província/estado do Paraná.

Neste sentido, o modelo de apropriação de terras indígenas, com a conivência dos organismos do estado e as facilitações (para os grupos dominantes) da legislação de terra na época, beneficiou tanto o estado nacional, no seu interesse de manter a região ocupada por nacionais, com o objetivo de sustentar a disputa com seus vizinhos, quanto para os sujeitos que ali, conseguiram extrair parte de suas posses e prestígio local. Portanto, o processo de ocupação dos campos, matas e ervais de Palmas, estava intimamente ligado aos interesses do estado brasileiro, com os interesses particulares dos homens que se embrenhando pela mata, ali chegaram e se estabeleceram.

Não se pode deixar de apontar, que esse processo tinha um empecilho e um projeto para lidar com ele, ou seja, a questão do indígena. Ancestralmente habitavam esses campos, e ali mantinham seu modo de vida e visão sobre o território que habitavam. Neste momento de embate, situações semelhantes já tinham se dado em outros locais do espaço que compõem hoje o estado do Paraná e significou uma continuação do extermínio, da assimilação e do apagamento da cultura, como se pode conferir pelas informações trazidas por Almir Antônio de Souza em sua análise sobre o processo contra Vitorino Condá.

A relação com os indígenas para o estabelecimento das fazendas e o estabelecimento da criação e invernagem de tropas, marcaram um primeiro momento de apossamento dos campos e estabelecimento das principais famílias que controlavam, posteriormente, a política de Palmas no final do século XIX e início do século XX. Com o estabelecimento da câmara municipal e o primeiro derramamento de sangue no projeto de estabelecimento do estado brasileiro representados por fazendeiros e posseiros paulistas.

Neste sentido, com o estabelecimento, negociado e imposto pela força na região dos campos, a organização e a disputa pelo domínio local marcaram a região. As práticas de fraude, de

relacionamento com o poder provincial e estadual, aponta uma capacidade de adaptação e proveito das situações oferecidas para ascensão ao poder, mesmo após a troca de regimes como aconteceu no país com a Proclamação da República em 1889.

Não seria mera coincidência que o partido político que era o vencedor a nível estadual/provincial, também era o mesmo localmente. Essa relação se estreitou ainda mais com a Proclamação da República, gerando uma grande dependência dos acordos da política estadual para a consonante dominação política local. O sistema coronelista se estabeleceu e enraizou profundamente nas terras de Palmas.

Os grupos políticos locais, que já se digladiavam pelo poder durante o Império, representando grupos familiares representados nos partidos Liberal e Conservador, logo nos primeiros anos da república, e com a Revolução Federalista, lançaram mão da violência e da manipulação do processo eleitoral para alcançar os objetivos do seu grupo político para se tornar vencedor e dominante localmente.

A Revolução Federalista nos campos de Palmas foi, portanto, uma oportunidade de retomada do poder pelo grupo que havia sido alijado dele por meio da violência, pratica essa utilizada de forma contínua durante o conflito, em assassinatos, degolas e vinganças que percorreram o Sul do Brasil em um dos mais sangrentos episódios da história do país. Neste processo de estabelecimento de uma nova ordem, percebemos uma capacidade de adaptabilidade dos indivíduos que ocuparam o poder, mais interessados em se manter próximos dele do que na defesa de ideologia ou programas para implementação local, estadual ou nacional.

Um dos principais processos em que isso está presente é na adesão de Coronel Domingos Soares ao partido de Vicente Machado, tendo sempre ele estando no lado oposto (GOULART, 2021). Essa adesão se deu, principalmente pelo fato do poder do governo estadual dificultar qualquer tentativa de domínio local que não fosse do grupo que o apoiava. Então o que importava era antes o controle e o poder local do que ideais a serem defendidos.

Por fim, esse sistema de grandes proprietários de terras, que utilizaram de suas relações políticas, parentais e da força como lideranças locais, auxiliaram no processo de exclusão de parte da população que habitava esses campos, os deixando à margem do processo de legalização de terras, ou seja, deixando esses sertanejos sem o direito à terra em que viviam.

Portanto, a violência política, mandonismo, clientelismo e outros aspectos do sistema coronelista, se fizeram presente na região de Palmas, constituindo uma trajetória de um sistema que resultou na preparação do terreno para a guerra que iria ocorrer nesta região, como último recurso de uma população desprovida de posses, de sobreviver e resistir a situação miserável em que estava submetida, ou seja, os caboclos que viveram como peões, agregados e pequenos posseiros no excludente sistema comandado pelos coronéis.

Todo esse processo histórico de ascensão e formação da elite política local de Palmas,

deixou no seu caminho os verdes campos de Palmas tingidos mais de uma vez de vermelho, na defesa dos seus próprios interesses em um processo de busca e manutenção de poder, de prestígio e de domínio sobre a região de campos.

Não há como negar que a violência e o modo como o coronelismo atuou em todo o Sul do Brasil (neste estudo partindo dos Campos de Palmas), deixou profundas marcas e as consequências não se limitaram a influenciar somente o contexto do início da Guerra do Contestado, com o verdadeiro rastilho de pólvora ou estopim que fez eclodir o sangrento conflito, mas perdurou ao longo deste e mesmo depois do processo acelerado de colonização incentivado pelo governo, mas isso depende de seguir com novas buscas, novas fontes e novos estudos.

Embora admitindo algumas lacunas, com diversas dificuldades a serem vencidas e que foram muito além dos empecilhos causados no período da pandemia recente do Covid 19, esta dissertação propiciou alguns avanços para a ciência histórica e, como todo trabalho científico, poderá ser retomado e continuado diante de novas reflexões que acreditamos serem importantes para entender melhor a trajetória histórica desta sociedade e, principalmente, perceber que a violência protagonizada ao longo do tempo por diversos grupos políticos, não se assegura que fazem parte apenas do nosso passado histórico.

REFERÊNCIAS

Referência Bibliográfica

ALVES, Alessandro Cavassin. **A força política das famílias tradicionais no Paraná (1853-1889)**. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, v. 1, n. 1, p. 40, 2015. Disponível em <<https://doi.org/10.5380/nep.v1i1.43366>> Acesso em 10 de out 2022.

ALVES, Alessandro Cavassin. **Província Do Paraná (1853-1889)** A classe política. AParentela No Governo. 2014. 505 f. Universidade Federal Do Paraná, 2014.

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868 - 1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 529 p.

ANTONIO FILHO, Fadel David. **O "caminho novo": O vale histórico da Serra da Bocaina - opulência e decadência na sub-região paraibana paulista: (reintegração de um espaço geográfico 'deprimido')**. 2009. 191 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/116118>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BARBOZA, Gabriel Goulart. **A resistência ao Acordo de Limites e o Estado das Missões (1910-1917)**. 2017. 127 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179750>. Acesso em: 08 dez. 2022.

BARBOZA, Gabriel Goulart. **O movimento em prol do estado das missões: uma luta pela emancipação do contestado (1909-1917)**. 2021. 390 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/220539>>. Acesso em: 08 dez.2022.

CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista**. 2ª ed. Curitiba: Ed. Secretaria da Cultura e do Esporte; Industria Gráfica Gonçalves, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 21. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 09 set 2022.

CHARLE, Christophe. **Como anda a história social das elites e da burguesia?** Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio Madureira. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 18-39.

CLAUSEWITZ, Carl von: **On War**, tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6º ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAROSSO, Flávia Paula. A Guerra do Contestado e a Lei de Terras imperial: um estudo de caso da fazenda figueiredo (Lages, 1855-1917). **Revista Maracanan**, [S.L.], n. 23, p. 148-163, 17 jan. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/revmar.2020.44120>.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. 2007. 421 f. Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

GARCIA, Paulo. **Terras devolutas**. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1958. p.30. *apud* SILVA, 2008, p. 90.

GOMES, Marquiana de Freiras Vilas Boas. **Trajetória Socioambiental de Guarapuava: Leituras da Paisagem**. 2009. 352 f. Universidade Estadual Paulista, 2009. p. 120.

GOMES, Sandro Aramis Richter. **Agremiação nacional e conflitos oligárquicos: formação, atividade eleitoral e dissolução do diretório paranaense do Partido Republicano Conservador (1915-1918)**. *Saeculum – Revista de História*, [S. l.], v. 26, n. 44, p. 155–174, 2021.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **O poder local e o coronelismo no estado do paraná 1880-1930**. 2004. 244 f. Universidade Federal do Paraná, 2004.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. O coronelismo e a transição republicana no Paraná. In: **IX Simpósio Internacional Processo Civilizador** -, 2005, Ponta Grossa. Tecnologia e Sociedade, 2005.

GRANATO, NATÁLIA CRISTINA. **O Partido Democrático Paranaense de 1927 a 1930: um estudo dos capitais familiares e sociais de seus dirigentes**. *Revista NEP - Núcleo De Estudos Paranaenses da UFPR*, v. 4, p. 36, 2018.

GUTIÉRREZ, Horacio. **Fazendas de gado no Paraná escravista**. *Topoi* (Rio de Janeiro), vol. 5, no. 9, p. 103–127, 2004. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/2237-101x005009005>>. Acesso em: 10 de jul 2022.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**. A Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

HEINZ, Flavio (org.). **História social de elites**. 1. ed. São Leopoldo: [s. n.], 2011. Disponível em <http://www.researchgate.net/publication/250612372_A_transformao_do_universo_da_elite_s_no_Brasil_ps-1930_uma_critica_sociologica/file/9c96051ebfd6158cf8.pdf> Acesso em 10 de jun 2022.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: **O município e o regime representativo no Brasil**. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEONARDI, Jhonathan Boldori. **A Formação e Reprodução da Elite Local em Palmas: Um estudo de caso a partir do Capitão Francisco Antônio de Araújo (1839-1876)**. 2018. 58f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2011. 514 f. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Rábulas e Bacharéis na Guerra do Contestado: Direito, polícia e conflito social (1912-1916)** In Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 9, n.º.1, janeiro-abril, 2017, p. 3-20. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/3373/337349577002.pdf>> Acesso em 30 de nov 2022.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 20. ed. Curitiba: TRAVESSIA DOS EDITORES, 1995. p. 195.

MENDES, Adilson Miranda. **Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense: Palmas - 1859-1903**. 1989. 429 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989. Disponível em <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPR_cdd747fdac4a80baa102386191d13452> Acesso em 18 nov 2022.

MONTEIRO, Duglas. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Uma breve história da formação da Fronteira Sul no Brasil**. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 43-72. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/734>. Acesso em: 10 fev. 2023.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PEREIRA, Ledir de Paula. **O Positivismo e o Liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre Maragatos e Chimangos de 1923**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. **O Barão do Rio Branco e o Traçado das Fronteiras do Brasil**. In: Revista Brasileira de Geografia, Nº 2 –ano VII, abril-junho, Rio de Janeiro, 1945. Disponível em <<https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/3812>> Acesso em 21 de nov 2022.

PETROLI, Francimar. **Fronteiras, Províncias e Unidades Nacional na Formação do Brasil: Uma Análise sobre a “Questão de Limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853- 1889)**. 2018. 383 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SAMARA, Eni de Mesquita. Patriarcalismo, família e poder na sociedade Brasileira (Séculos XVI - XIX). In: **VIII JORNADAS DE HISTÓRIA DO CHILE**, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos, 1989, Santiago. 001. Santiago: Universidad de Chile, 1989. p. 1-17. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=79838>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SANTOS, Eucléia Gonçalves. **“Em cima da mula, debaixo de deus, na frente do inferno”**: os missionários franciscanos no sudoeste do Paraná (1903-1936). 2005. 166 f. Universidade Federal do Paraná, 2005.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SÊGA, Rafael Augustus. **Maragatos dos Campos Gerais**: razões que levaram alguns setores da sociedade paranaense a aderir à Revolução Federalista. *Tecnologia & Humanismo*, Curitiba, v. 20, p. 71-80, 2001. Disponível em <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rth/article/view/6312>> Acesso em 09 de ago. 2022.

SILVA, Joseli Maria. **Valorização Fundiária e Expansão Urbana Recente de Guarapuava-Pr**. 1995. 207 f. Universidade Federal de Santa Catarina, 1995. p. 48-49.

SILVA, José Júlio Cleto da. **Apontamentos históricos de Palmas e Clevelândia (1630-1930)**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, p. 66–104, maio 1976. p. 71.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: Efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2008. p. 90.

SILVA, Luis Carlos. A mensagem de Affonso Camargo em face do Acordo de Limites de 1916: minimizando as 'perdas'. In: **XV Encontro Regional de História: 100 anos da Guerra do Contestado**: historiografia, acervos e fontes, 2016, Curitiba. XV Encontro Regional de História: 100 anos da Guerra do Contestado: historiografia, acervos e fontes. Curitiba: ANPUH PR, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467811961_ARQUIVO_ArtigoANPUHPR2016.pdf> Acesso em 15 de ago. 2022

SILVA, Lyana Maria Martins da. **Reforma Gorada**: a Lei do Terço e a representação das minorias nas eleições de 1876 em Pernambuco. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11661>> Acesso em 16 de ago 2022

SOUZA, Almir Antonio de. **A Invasão das Terras Kaingang nos Campos de Palmas**. O Processo Contra a Liderança Indígena Vitorino Condá (1839-44). *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 2, p. 43, 2014. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/20697>> Acesso em 10 de ago 2022

SOUZA, Almir Antônio de. **Armas, pólvora e chumbo**: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. 2012. 420 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96216>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VARGAS, Jonas Moreira. **ENTRE A PARÓQUIA E A CORTE**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). 2007. 276 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

WEIGERT, Daniele. Daniele Weigert. **Compadrio e Família Escrava em Palmas, Província Do Paraná (1843-1888)**. 2010. 150 f. Universidade Federal do Paraná.

Fontes consultadas

Almanak

BARROS, José Ferreira. **Almanak da Província do Paraná**: Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Paraná para o ano de 1880. Rio de Janeiro: Typographia de II. JPinto, 2º ano, 1879, p. 206. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=823627&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=409>> Acesso em 28 de nov 2022.

Jornais

DECLARAÇÃO. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 1889, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/416398/16203>> Acesso em 12 de nov 2022.

GOVERNO PROVINCIAL. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 1876, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/416398/8425>> Acesso em 08 de dez 2022.

HOMENS DA NOTÍCIA. **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 1885, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/416398/13150>> Acesso em 12 de nov 2022.

PALMAS. A República, Curitiba, 1904, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/15827>> Acesso em 09 de dez 2022.

QUESTÃO. **Diário da Tarde**. Curitiba, 1909, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/11513>> Acesso em 10 de dez 2022.

VILLA DE PALMAS. **A República**, Curitiba, 1888, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/172>> Acesso em 30 de nov de 2022.

FALECIMENTO. **Sete de Março**, Curitiba, 1888, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/812870/112>> Acesso em 20 de nov de 2022

JOSÉ RIBAS, **Sete de Março**, Curitiba, 1888, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=812870&pagfis=16/>> Acesso em 20 de nov de 2022

Jurisprudência

PARANÁ. Justiça Federal do Paraná. Ação Ordinária N° 724. Firmino Teixeira Baptista e filhos púberes. **Traslado de Ação Ordinária N° 724**. Curitiba. Disponível em: <https://memoriaonline.jfpr.jus.br/index.php/traslado-da-acao-ordinaria-no-724>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Livros

BORMANN, José Bernardino. **Dias fratricidas**: memórias da revolução federalista no estado do Paraná pelo general j. b. bormann. Curityba: Typ. da Livraria Econômica Annibal Rocha & Ca, 1901. 1. v. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40217>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BORMANN, José Bernardino. **Dias fratricidas**: memórias da revolução federalista no estado do Paraná pelo general j. b. bormann. Curityba: Typ. da Livraria Econômica Annibal Rocha & Ca, 1901. 2. v. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40217>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, José Júlio Cleto da. **Apontamentos históricos de Palmas e Clevelândia (1630- 1930)** *In* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 1976,p. 66 - 104.